



AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA

ABRIL DE 2006

EVENTOS SIGNIFICATIVOS DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA
1900 - 2001





AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA

Editor	Merle David Kellerhals, Jr.
Editora-gerente	Rebecca Ford Mitchell
Editores colaboradores	David A. Denny David I. McKeeby Jody Rose Platt Jacquelyn S. Porth
Editora associada	Rosalie Targonski
Especialistas em referências	Samuel Moncrief Anderson George Burkes Vivian R. Stahl
Pesquisador de vídeos	Martin J. Manning
Pesquisadoras de fotos	Ann Monroe Jacobs Maggie Johnson Sliker
Ilustração da capa	Thaddeus A. Miksinski, Jr.

Editora-chefe	Judith S. Siegel
Editor sênior	George R. Clack
Editor executivo	Richard W. Huckaby
Gerente de produção	Christian Larson
Assistente de gerente de produção	Sylvia Scott
Revisora de português	Marília Araújo
Conselho editorial	Alexander C. Feldman Jeremy F. Curtin Kathleen R. Davis Kara Galles

FOTOS DA CAPA

Centro, no alto: O presidente Ronald W. Reagan (à direita) conversa com o líder soviético Mikhail Gorbachev em uma cúpula de três dias, realizada em Washington em 8 de dezembro de 1987 AP/WWP

Direita: O líder Mao Tsé-tung (à esquerda) e o presidente Richard M. Nixon reúnem-se pela primeira vez em Pequim, em fevereiro de 1972 AP/WWP

Centro: O primeiro-ministro britânico Winston Churchill (à esquerda), o presidente americano Franklin D. Roosevelt (no centro) e o marechal soviético Josef Stalin (à direita) reúnem-se nos jardins do Palácio Livadia, em Yalta, em 12 de fevereiro de 1945 AP/WWP

Esquerda: O presidente John F. Kennedy anuncia bloqueio naval contra Cuba em transmissão a toda a nação por rádio e TV, da Casa Branca em Washington, em 22 de outubro de 1962 AP/WWP

O Escritório de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica cinco revistas eletrônicas com o logo eJournal USA — *Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa e Sociedade e Valores*. Nelas, são analisadas as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições do país.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, que no prazo de duas a quatro semanas é seguida de versões em francês, português, russo e espanhol. Algumas também são traduzidas para o árabe e o chinês. Cada revista é catalogada por volume (o número de anos em circulação) e por número (o número de edições publicadas durante o ano).

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais. Nesse caso, é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Escritório de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas, em <http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, eJournal USA: Foreign Policy Agenda
IIP/T/IS
U.S. Department of State
301 4th St. SW
Washington, DC 20547
United States of America
E-mail: ejforpol@state.gov

SOBRE ESTA EDIÇÃO

Com enfoque em vários eventos internacionais seminais, esta edição da revista *eJournal USA: Agenda de Política Externa* oferece um arcabouço para a análise das formas como as relações exteriores dos Estados Unidos evoluíram no século passado influenciadas pelo legado dos ideais dos fundadores da nação: proteger os direitos individuais e a liberdade.

Como outros países atuantes no cenário global, os Estados Unidos tanto têm desempenhado papel ativo nos eventos internacionais como têm agido sob a influência desses acontecimentos — e eventualmente são forçados a desempenhar algum papel ao qual gostariam de se furtar.

Conforme nós, editores, reconhecemos, qualquer seleção de “eventos principais” acaba sendo arbitrária, mas esperamos que o conteúdo desta revista forneça uma visão sobre o caráter americano e estimule o diálogo entre o público internacional.

Muitas dessas ocorrências passadas foram importantes para a estruturação da resposta atual americana a crises, a oportunidades e às complexas concessões mútuas das relações internacionais.

Uma dinâmica política permanente dos EUA — e da maioria das nações — é o desejo de viver em uma sociedade livre, em segurança e em paz, trabalhando em harmonia com os aliados e parceiros comerciais para a prosperidade. Mas os Estados Unidos também se dedicam à política externa com uma mistura singular de idealismo e realismo. Essa mescla combina generosidade com interesse próprio; propicia programas de recuperação econômica após guerras defensivas; constrói instituições que depois são entregues a outros; e procura ajudar os outros a encontrar o próprio caminho rumo à democracia.

Walter Russell Mead, Scott Erwin e Eitan Goldstein, do Conselho de Relações Exteriores, analisam muitos dos eventos e idéias que estruturaram a evolução das relações exteriores americanas nos últimos cem anos e explicam por que eles ainda exercem impacto significativo no mundo de hoje. David Ellwood, das universidades de Bolonha e Johns Hopkins, analisa o papel do Plano Marshall na recuperação econômica e na reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Warren I. Cohen, da Universidade de Maryland no Condado de Baltimore, examina o impacto e a influência da abertura histórica das relações dos Estados Unidos com a República Popular da China, promovida pelo presidente Nixon em 1972. Maarten Pereboom, da Universidade de Salisbury, discute o enorme papel desempenhado historicamente pelo comércio e pela economia nas relações exteriores americanas. E Walter Laqueur, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, examina as formas responsáveis como os Estados Unidos procuraram exercer o poder após o fim da Guerra Fria em 1991, quando o mundo procurou se ajustar ao novo ambiente de segurança.

Esses e outros especialistas partilham suas idéias sob o tema “Eventos Significativos das Relações Exteriores dos EUA”. Bem-vindos a esta edição da *eJournal USA!*

Os editores



AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / ABRIL DE 2006 / VOLUME 11 / NÚMERO 1

<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>

EVENTOS SIGNIFICATIVOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS EUA

- 4** Apresentação
SECRETÁRIA DE ESTADO, CONDOLEEZZA RICE
- 5** Destino dos Estados Unidos Ligado Indissolúvelmente ao de Outras Nações do Mundo
WALTER RUSSELL MEAD, MEMBRO SÊNIO DA CÁTEDRA HENRY A. KISSINGER DE POLÍTICA EXTERNA AMERICANA, E SCOTT ERWIN E EITAN GOLDSTEIN, PESQUISADORES ASSOCIADOS DO CONSELHO DE RELAÇÕES EXTERIORES
A diplomacia americana no século 20 é em grande parte a história da forma como as autoridades responsáveis pelas políticas públicas buscam atingir o equilíbrio adequado entre os interesses nacionais e os ideais básicos.
- 9** O Canal do Panamá: Uma Ligação Marítima Vital para o Mundo
A construção do canal e a transferência de seu controle
- 12** A Guerra Fria: Teste do Poder Americano e Prova de Ideais
MICHAEL JAY FRIEDMAN, HISTORIADOR DIPLOMÁTICO AMERICANO E MEMBRO DA EQUIPE DE REDAÇÃO DO WASHINGTON FILE, ESCRITÓRIO DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
Com a derrota da Alemanha em 1945 e a ampla destruição causada pela guerra em toda a Europa, os Estados Unidos e a União Soviética representavam filosofias, objetivos e planos de reconstrução e reorganização do continente, que eram conflitantes e incompatíveis.
- 17** O Plano Marshall: Uma Estratégia Que Deu Certo
DAVID W. ELLWOOD, PROFESSOR ASSOCIADO DE HISTÓRIA INTERNACIONAL DA UNIVERSIDADE DE BOLONHA, ITÁLIA, E CONFERENCISTA PROFISSIONAL DO CENTRO DE BOLONHA DA UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS
Não começou como plano, e alguns veteranos disseram que nunca se tornou um plano. No entanto, o Programa de Recuperação Européia — mais conhecido como Plano Marshall — entrou para a história como o mais bem-sucedido projeto americano de política externa desde a Segunda Guerra Mundial.
- 23** O Plano Marshall: Uma História em Fotos
- 26** A Crise de Suez: Uma Crise Que Mudou o Equilíbrio de Poder no Oriente Médio
PETER L. HAHN, PROFESSOR DE HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DOS EUA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE OHIO, E DIRETOR EXECUTIVO DA SOCIEDADE DOS HISTORIADORES DAS RELAÇÕES EXTERIORES AMERICANAS
Este ano marca o 50o aniversário da Crise de Suez, quando quase foi deflagrada uma grande guerra regional entre Egito, Israel, Grã-Bretanha e França que poderia ter arrastado a União Soviética e os Estados Unidos.
- 30** Exposição Universal e Internacional de Bruxelas (Expo 1958)
A Expo serviu de cenário para o início da Guerra Fria cultural entre os Estados Unidos e a União Soviética.

- 31** Nixon na China: Momento Decisivo na História Mundial
WARREN I. COHEN, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO ILUSTRE DE HISTÓRIA E PROFESSOR PESQUISADOR DE ASSUNTOS PRESIDENCIAIS NA UNIVERSIDADE DE MARYLAND, CONDADO DE BALTIMORE
A vitória dos comunistas na guerra civil chinesa em 1949 teve impacto terrível sobre os Estados Unidos, mas em 1972 as tensões já estavam aliviadas, e os dois países sentiam necessidade de retomar a normalização.
- 34** Diplomacia do Pingue-Pongue Restabelece Relações EUA-China
Em atitude inédita e inesperada, diplomatas jogam tênis de mesa e mudam a história.
- 36** Comércio e Economia: Uma Força nas Relações Exteriores dos EUA
MAARTEN L. PEREBOOM, PROFESSOR DE HISTÓRIA E PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SALISBURY
Ao emergir como líder mundial no século 20, os Estados Unidos, embora certamente continuassem a buscar seus próprios interesses econômicos no exterior, recorreram às suas raízes iluministas e promoveram ideais de liberdade, democracia e abertura de mercado, acreditando que o 'livre comércio entre nações livres' resultaria em melhoria das condições humanas no mundo todo.
- 40** Depois da Guerra Fria
WALTER LAQUEUR, CO-PRESIDENTE DO CONSELHO DE PESQUISAS INTERNACIONAIS DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS
Quando a Guerra Fria chegou ao fim, em 1989, com a derrocada do Muro de Berlim, quando os países da Leste Europeu reconquistaram sua independência e quando finalmente a União Soviética se desintegrou, o mundo inteiro se uniu no sentimento comum de que por fim a paz universal tinha descido à Terra.

LEITURAS ADICIONAIS

- 43** Bibliografia
- 45** Recursos na internet



Vídeo

Videoclipes de alguns Eventos Significativos das Relações Exteriores dos EUA:

- Roosevelt: Canal do Panamá
- Churchill: "Cortina de Ferro"
- Truman: União Soviética
- Kennedy: A Crise dos Mísseis Cubanos
- Nixon na Grande Muralha
- Reagan: "Sr. Gorbachev, Derrube Esta Muralha!"

<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0406/ijpe/ijpe0406.htm>

APRESENTAÇÃO

Em tempos normais, quando as idéias, instituições e alianças existentes são adequadas aos desafios da atualidade, o objetivo da arte da diplomacia é administrar e manter a ordem internacional vigente. Mas, em épocas excepcionais, quando o próprio chão da história se desloca sob nossos pés, a missão da diplomacia é transformar as instituições e parcerias para atingir novos objetivos com base em princípios permanentes.

Um desses momentos extraordinários iniciou-se em 1945, nos escombros de um dos maiores cataclismos da história da humanidade. A Segunda Guerra Mundial destruiu todo o antigo sistema internacional. E coube a um grupo de estadistas americanos — pessoas como o presidente Harry Truman, os secretários de Estado George C. Marshall (1947-1949) e Dean Acheson (1949-1953) e o senador Arthur Vandenberg — assumir o papel de arquitetos e construtores de um mundo melhor.

As soluções para esses desafios do passado parecem perfeitamente claras agora após meio século de observação *a posteriori*. Entretanto, não era nada óbvio para os homens e mulheres que viviam e trabalhavam naqueles tempos de mudanças sem precedentes.

Afinal de contas, em 1946, a reconstrução da Alemanha estava fracassando, e alemães ainda morriam de fome. O Japão estava prostrado. Em 1947, explodiu uma guerra civil na Grécia. Em 1948, a Tchecoslováquia sofreu golpe comunista. Em 1949, a Alemanha foi dividida, a União Soviética detonou arma nuclear e os comunistas chineses venceram sua guerra civil. Em 1950, estourou uma guerra brutal na península coreana.

Esses acontecimentos não foram apenas retrocessos táticos na caminhada rumo à democracia. À medida que a Cortina de Ferro descia por toda a Europa e a Guerra Fria começou a tomar forma, não havia nenhuma certeza de que a liberdade e a abertura acabariam triunfando. Os estadistas daquela época, no entanto, atuaram com brilhantismo e conseguiram conceber as doutrinas, criar as alianças e construir as instituições que preservaram a liberdade, contiveram a disseminação do comunismo e finalmente provocaram o colapso da União Soviética, do Pacto de Varsóvia e da ideologia marxista-leninista.

De 1989 a 1991, tive a oportunidade de trabalhar para a Casa Branca como especialista em União Soviética no final da Guerra Fria. E o que aconteceu não podia ser melhor. Participei de eventos em que muitas pessoas jamais pensariam: a libertação do Leste Europeu, a unificação da Alemanha e o início da queda pacífica da própria União Soviética. Acontecimentos supostamente



Secretária de Estado, Condoleezza Rice

Departamento de Estado dos EUA

inimagináveis no passado começaram a se precipitar — e alguns dias depois pareciam inevitáveis. Assim é a natureza dos tempos extraordinários. E agora percebo que eu estava apenas colhendo os frutos das boas decisões tomadas em 1947, 1948 e 1949.

Convidamos o leitor a pensar sobre essas e outras escolhas diplomáticas cruciais que definiram a política externa americana. Uma análise desses momentos especiais poderá nos ajudar [a todos] a avaliar melhor os desafios enfrentados atualmente.

O presidente Bush e eu acreditamos estarmos novamente vivendo um momento extraordinário da história. A principal causa dos atentados de 11 de setembro foi a violenta expressão de uma ideologia extremista global, ideologia com raízes na opressão e no desespero do moderno Oriente Médio. Nossa resposta, portanto, deve ser ampla e voltada para o futuro. Devemos trabalhar para remover exatamente a fonte do terrorismo em si, ajudando homens e mulheres daquela região conturbada a transformar a sua vida e a de seus países.

Sabemos não ser fácil a caminhada rumo à democracia. Nossa própria história é feita de seres humanos falíveis esforçando-se há séculos para viver à altura do elevado ideal dos princípios democráticos. E, ao observar que outras pessoas empreendem esforços semelhantes, manifestamos-lhes nosso respeito e nossa confiança de que elas também podem realizar suas aspirações.

Exatamente como aqueles grandes arquitetos da era pós-Segunda Guerra Mundial ajudaram a definir as bases para os ganhos democráticos no mundo de hoje, estamos agora tomando decisões que ecoarão por décadas e décadas. Se obtivermos sucesso, repassaremos para os que vierem depois de nós o alicerce sobre o qual poderá ser construído um mundo de esperança, um mundo onde reinem a paz e a liberdade.

Secretária de Estado,
Condoleezza Rice

DESTINO DOS ESTADOS UNIDOS Ligado Indissolivelmente ao de Outras Nações do Mundo

WALTER RUSSELL MEAD, SCOTT ERWINE E EITAN GOLDSTEIN

É, portanto, patente que um sólido idealismo marca o caráter da política externa americana. Mas esse idealismo é apenas parte de um processo dinâmico e complexo. Precisa ser mantido em constante equilíbrio com imperativos estratégicos cruéis.

Walter Russell Mead é membro sênior da Cátedra Henry A. Kissinger de Política Externa Americana e **Scott Erwin** e **Eitan Goldstein** são pesquisadores associados do Conselho de Relações Exteriores.

O ex-secretário de Estado Henry Kissinger escreveu que a política externa americana é definida por suas oscilações entre idealismo de cruzado e isolacionismo míope. Essa conhecida dicotomia — nação que alterna entre atacar moinhos de vento e enterrar ceticamente a cabeça na areia — embora aceitável, em última análise obscurece as correntes que guiam a política externa americana há muito tempo. No contato dos Estados Unidos com o mundo, persiste a crença de que o país está destinado a ser o único motor para a disseminação de democracia, livres mercados e liberdade individual. As autoridades responsáveis pelas políticas públicas naturalmente discordam quanto aos meios utilizados para promover esses fins ou com relação à capacidade dos Estados Unidos de promover tal mudança. Mas, líderes americanos de todo o espectro político há muito tempo defendem que o sucesso do projeto americano depende muito dos acontecimentos no resto do mundo.

Os presidentes Woodrow Wilson (1913-1921) e Theodore Roosevelt (1901-1909), aqui-rivais na política, tinham visões semelhantes sobre os amplos interesses dos EUA no mundo, visões marcadas pela convicção de que a sorte dos Estados Unidos estava inextricavelmente ligada ao caráter e à conduta das demais nações. Isso demonstra a amplitude dessa visão de mundo. Wilson dizia que "Somos partícipes, queiramos ou não, da vida no mundo... Tudo o que atinge a humanidade inevitavelmente nos diz respeito...." A visão de Roosevelt sobre o papel global dos EUA não era menos abrangente: "Existe uma moralidade internacional. Assumo essa posição como americano... que se esforça para servir a seu país com lealdade, mas se empenha também em dar o melhor de si, com justiça e decência, para a humanidade em geral e que, por isso, se

sente obrigado a julgar todas as outras nações por sua conduta em qualquer ocasião". É, portanto, patente que um sólido idealismo marca o caráter da política externa americana. Mas esse idealismo é apenas parte de um processo dinâmico e complexo. Precisa ser equilibrado o tempo todo com imperativos estratégicos cruéis. Roosevelt justificava essas exigências e os compromissos que necessariamente se seguiriam, alertando que "na busca por um ideal elevado precisamos utilizar métodos práticos; e, se não conseguirmos atingir tudo de uma vez, devemos caminhar passo a passo, razoavelmente satisfeitos, se pudermos avançar de fato na direção certa". Assim, as relações externas dos Estados Unidos podem ser mais bem compreendidas como reflexo da constante tensão entre ideais e interesses conflitantes, e não como uma alternância entre isolacionismo e engajamento.

A diplomacia americana no século 20 é, por isso, a história da forma como as autoridades responsáveis pelas políticas públicas buscam atingir o equilíbrio entre interesses e ideais. Pronunciando-se sobre essa busca de equilíbrio, a secretária de Estado, Condoleezza Rice, observou: "A política externa americana sempre teve... a marca do idealismo... Não se trata de chegar a uma solução qualquer, mas de fazer algo dentro do contexto de princípios e valores. A responsabilidade de todos nós é assumir políticas embasadas nesses valores, fazendo-as funcionar no dia-a-dia, de modo que avancemos sempre na direção de uma meta... Então, trata-se da conexão, da conexão operacional diária entre esses ideais e os resultados das políticas". Denominando a abordagem do governo de 'idealismo prático', Rice, como qualquer de seus antecessores, identificou o "x" da questão que os Estados Unidos enfrentam na interação com o mundo no século 20. Em momentos críticos do século passado, o conflito entre os interesses e os ideais americanos teve grande destaque. E, nesses momentos, a política externa americana manifestou tanto um otimismo utópico quanto um pragmatismo cruel, muitas vezes simultaneamente.

O próprio nome de Woodrow Wilson tornou-se sinônimo do idealismo americano. Sua determinação de "tornar o mundo seguro para a democracia" galvanizou o público americano, quando uma nação antes isolacionista entrou na Primeira Guerra Mundial. A defesa da autodeterminação teve profunda repercussão entre os nacionalistas de todo o globo e o ex-professor Wilson era visto como uma figura quase messiânica. Em 1919, um



Presidente Woodrow Wilson



Presidente Theodore Roosevelt

jornalista do *Washington Post* que cobria a revolta do Egito contra o domínio britânico observou que os nacionalistas egípcios estavam “contaminados pelos ideais wilsonianos”. Durante uma passeata, “os manifestantes caminhavam e gritavam palavras de ordem inspiradas nas idéias de Wilson”. Os nacionalistas egípcios, invocando o credo de Wilson, imploraram ao Senado americano que apoiasse a independência de seu país. Entretanto, Wilson ignorou seus apelos e declarou o apoio dos Estados Unidos ao jugo britânico no Egito. Embora o apoio americano à liberdade durante e após a guerra tenha sido meramente retórico, a doutrina de Wilson provou-se fundamental para a disseminação da democracia no século 20.

As pregações de Wilson aliava-se o mais pragmático realismo. Por exemplo, apesar de ter deplorado o tratamento cruel dispensado aos armênios pelos turcos, Wilson resistiu aos altos apelos para que declarasse guerra à Turquia por medo de prejudicar os missionários americanos que atuavam no Oriente Médio. Na verdade, a recusa dos Estados Unidos de enviar tropas para apoiar o nascente Estado armênio após a Primeira Guerra Mundial contribuiu para o rápido declínio daquele país. A participação na guerra também desmentiu qualquer sugestão de idealismo romântico de Wilson. Como o presidente declarou, todo o poder da máquina de guerra americana seria acionado para impor “força sem limite ou medida”. Assim, na participação americana na Primeira Guerra Mundial vemos uma estratégia embalada pela mistura híbrida de interesses menores e princípios americanos enraizados.

A experiência dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial demonstraria, de maneira ainda mais conspícua, o conflito entre os valores americanos e os imperativos geopolíticos. Quase um ano antes do bombardeio japonês a Pearl Harbor, o presidente Franklin Delano Roosevelt (FDR) (1933-1945) proferiu seu famoso discurso das Quatro Liberdades. Nele, Roosevelt declarou que os seres humanos “em qualquer parte do mundo” tinham direito a liberdade de expressão e culto, direito a estar livres de carências e do medo. Esses princípios se tornariam palavras de ordem nos Estados Unidos quando de sua entrada na Segunda Guerra Mundial, proporcionando ao americano médio uma base ideológica para a luta. Mas, enquanto o

artista Norman Rockwell imortalizava as Quatro Liberdades em uma série de pinturas publicadas no *The Saturday Evening Post*, Roosevelt negociava parceria com a totalitária União Soviética. A Rússia de Josef Stálin, açoitada por expurgos sangrentos, execuções públicas de criminosos e escassez de víveres orquestrada pelo Estado, tornou-se uma dúbia aliada na promoção dos princípios propagados por Roosevelt.

Em julho de 1941, Roosevelt enviou o assessor de sua confiança Harry Hopkins em longa viagem pela Rússia, com o fim de avaliar o compromisso e a viabilidade de Stálin como parceiro estratégico. Hopkins assinalou a situação ideológica delicada suscitada por possível alinhamento com a União Soviética; segundo ele, a visita serviu para demonstrar “a diferença entre democracia e ditadura”. O presidente respondeu com o envio de 1 bilhão de dólares de ajuda para a URSS, o que seria o início de grande fluxo de generosidade americana para com o país. Além disso, autorizou a produção de uma série de filmes de propaganda para serem exibidos nos Estados Unidos, apresentando Stálin como homem decente e justificando o excesso de violência da União Soviética. O desejo de Roosevelt de manter a aliança com os soviéticos obrigou o presidente a firmar compromisso duradouro de apoiar a autodeterminação dos povos. Refletindo sobre o declínio dos valores tradicionais americanos em face de interesses estratégicos, o presidente George W. Bush lamentou que a diplomacia americana durante a Segunda Guerra Mundial tivesse tentado “sacrificar a liberdade em favor da estabilidade”.



Encouraçado USS West Virginia pouco antes do ataque a Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941

Entretanto, a aliança de Roosevelt com a União Soviética não sugeria abandono dos ideais americanos. Embora tenha



O presidente Franklin Delano Roosevelt (à direita) se reúne com seu vice, Harry S Truman, na Casa Branca em 1944

alinhado os Estados Unidos a um regime brutal, FDR aproveitou a oportunidade para promover a democracia e a autodeterminação ao lançar as bases de uma ordem internacional coerente com os ideais americanos. Para desapontamento de seus aliados europeus, FDR era inimigo declarado do imperialismo e buscou desalojar os britânicos e os franceses de suas colônias de além-mar. Em 1943, em jantar com o governante de Marrocos durante a Conferência de Casablanca, Roosevelt ofereceu apoio à independência marroquina, enquanto Churchill, do outro lado mesa, fervia de raiva e temia pelo destino das colônias britânicas. Além disso, Roosevelt denunciou o domínio britânico na África Ocidental e o francês na Indochina como incoerentes com os professados objetivos de guerra dos Aliados. Roosevelt aspirava também retificar os erros do fracassado acordo após a Primeira Guerra Mundial. Ele concebeu uma organização internacional que efetivamente garantiria a segurança coletiva e anularia as perspectivas de outra conflagração global. Embora a criação das Nações Unidas tenha sido obra de seu sucessor, o modelo original da organização refletia a visão de FDR. Conseqüentemente, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos demonstraram visão tática ao se aliarem a uma ditadura repressiva, mantendo ao mesmo tempo o compromisso estratégico mais amplo de promover os valores americanos.

Imediatamente após a incrível ascensão de Harry Truman à presidência, depois da morte de FDR em 1945, o ex-dono de loja de vestuário masculino foi forçado a enfrentar enormes desafios. À primeira vista, Truman tinha pouca semelhança com seu cortês e aristocrático antecessor. Produto da política do vale-tudo e autodidata, Truman, como Roosevelt, criou uma política baseada em um amálgama de interesses e ideais americanos. No mesmo ano em que visitou as ruínas das cidades japonesas de Hiroshima

e Nagasaki, Truman elogiou a minuta da Carta das Nações Unidas como "razão para profundo agradecimento ao Deus Todo Poderoso". O endosso sincero do presidente a uma organização "determinada a salvar as gerações seguintes do flagelo da guerra", tendo como pano de fundo a "guerra sem clemência" contra o Japão, exemplifica a inconfundível conjunção de elevado idealismo com realismo sem compaixão que marcou a política externa americana no século 20.

Truman, talvez mais do que qualquer outro presidente durante o século americano, conseguiu casar os interesses e os ideais do país. O Plano Marshall, programa de ajuda à Europa do pós-guerra, impulsionou as economias em declínio do continente, ao mesmo tempo que repelia os avanços comunistas. A ênfase do programa na livre iniciativa derrubou barreiras econômicas na Europa, suscitou rápida recuperação e ajudou a lançar o alicerce da integração europeia. Comemorado por Winston Churchill como "o ato menos sórdido de toda a história", o Plano Marshall — de maneira

providencial, embora apenas temporária — aliviou a tensão entre os imperativos estratégicos e os valores profundamente enraizados dos EUA. Durante as quatro décadas seguintes da Guerra Fria, os formadores de políticas americanos raramente tiveram tanto sucesso na conciliação de princípios e praticidade e, com mais freqüência, o realismo pragmático prevaleceu.

A queda da União Soviética e o aparente triunfo da democracia liberal não significaram o fim do conflito entre interesses e ideais nos Estados Unidos. A relação do país com a China nos anos 1990 provou que essa inevitável tensão permaneceu. O presidente Bill Clinton (1993-2001) assumiu o mandato em um momento de baixa nas relações sino-americanas, decorrente da primeira venda, em 1992, pelo governo de Bush pai, de caças F-16 a Taiwan. Sanções ao massacre da Praça da Paz Celestial, bem como pedidos dos membros de seu próprio partido para que adotasse uma linha mais dura contra os abusos aos direitos humanos, exacerbaram as relações com a China, levando o presidente a assinar em 1993 um ato do Executivo vinculando as condições dos direitos humanos à prorrogação do status de nação mais favorecida para a China. Na cerimônia de assinatura, com a presença do Dalai Lama e de Chai Ling, líder do levante da Praça da Paz Celestial, o líder da maioria no Senado, George Mitchell, proclamou de maneira triunfante: "Pela primeira vez desde aqueles eventos, ocorridos há quase quatro anos, temos um presidente que está querendo promover mudanças positivas."

Esse magnânimo idealismo rapidamente desmoronou, vítima de uma convergência de fatores — interesses comerciais americanos na China, pressões do Pentágono em vista de possível crise com os testes nucleares da Coréia do Norte e uma série de cáusticos confrontos públicos com Pequim — levando Clinton a mudar sua política comercial com a China. Argumentando que os ideais americanos



Ex-presidentes George H.W. Bush (à esquerda) e Bill Clinton na Casa Branca em 2005

poderiam avançar mais se a China fosse integrada à economia global, o presidente adotou uma política de engajamento e, em maio de 1994, desvinculou o status comercial da China de seus antecedentes de abusos aos direitos humanos. O secretário do Tesouro, Robert Rubin, justificou essa mudança explicando que era do interesse americano "ajudar a acelerar a integração da economia chinesa à economia mundial... Não confundam: temos sérias discordâncias com a China sobre direitos humanos,

liberdade religiosa, questões de segurança e questões econômicas... A questão é qual a melhor maneira de fazer avançar nossos interesses e convicções. Em nossa opinião, o processo de engajamento é o meio mais viável para avançarmos em todos os problemas que temos com a China". No segundo semestre de 1996, o presidente Clinton iniciou uma campanha trienal para garantir a entrada da China na Organização Mundial de Comércio. A conseqüente entrada da China na economia global — amplamente considerada a maior realização da política externa de Clinton — não foi fácil e representou outro exemplo do conflito entre ideais e interesses.

O segundo discurso de posse do presidente George W. Bush demonstrou até que ponto a eterna tensão entre ideais e interesses tem definido a política externa americana. Ao proclamar que "nossos interesses vitais e nossas

mais profundas convicções estão agora unidos", a visão do presidente tentava harmonizar forças antagônicas. Mas o conflito entre valores e imperativos estratégicos nem sempre se resolvem facilmente; apesar da retórica do presidente, aliados importantes dos Estados Unidos, como o Paquistão e a Arábia Saudita governam de maneira contrária ao etos americano. Da mesma forma que no passado, o equilíbrio entre os interesses vitais e a fidelidade aos ideais continua a ser o principal desafio dos líderes americanos no século 21. ■

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O CANAL DO PANAMÁ

Uma Ligação Marítima Vital para o Mundo

Em 15 de agosto de 1914, a travessia do *SS Ancon* pelo Istmo do Panamá levou à transformação do continente americano e à criação de uma ligação marítima vital para o mundo todo. Conforme disse certa vez o historiador americano David McCullough, a construção do canal que liga os oceanos Atlântico e Pacífico foi mais do que uma grande façanha de engenharia sem precedente. Segundo escreveu em seu livro sobre o canal, a sua construção foi de importância histórica radical, similar a uma guerra, e isso causou impacto na vida de dezenas de milhares de pessoas, sem distinção de classe e de praticamente todas as raças e nacionalidades.

A concepção mais antiga do canal data dos primórdios do século 16, quando Carlos V, o sacro imperador romano e rei da Espanha, sugeriu que essa construção abreviaria as viagens ao Equador e ao Peru, bem como a volta desses países. No entanto, a primeira tentativa de construção começou em 1880 por um consórcio liderado por franceses, similar ao criado para construção do Canal de Suez. O esforço acabou fracassando, e os Estados Unidos intervieram para finalizar a construção. Em 1902, o Senado dos EUA analisou legislação para construção de um canal na Nicarágua em vez de no Panamá, mas uma emenda apresentada pelo senador John Spooner, de Wisconsin, venceu no Senado. A Câmara dos Deputados dos EUA não criou obstáculos para a aprovação da legislação que o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) sancionou. Após solucionar problemas consideráveis ao negociar um tratado com a Colômbia, que na época detinha o controle do Panamá, os Estados Unidos finalmente conseguiram a aprovação para construção do canal com o recém-independente governo do Panamá, em 1904.

A construção do canal foi concluída em 1914. Ele mede aproximadamente 77 quilômetros (48 milhas) de comprimento e é composto de dois lagos artificiais, vários canais reformados e artificiais e três conjuntos de eclusas. Um lago artificial adicional, o Lago Alajuela, serve como reservatório para o canal. O canal é um conduto importante

para a navegação internacional e recebe mais de 14 mil navios por ano, que transportam mais de 203 milhões de toneladas métricas de carga. O canal em forma de “s” liga o Golfo do Panamá, no Oceano Pacífico, ao Mar do Caribe e ao Oceano Atlântico.

Durante a construção, morreram cerca de 27.500 do total de mais de 80 mil trabalhadores empregados pela França, e depois pelas empresas americanas, principalmente de doenças tropicais — malária e febre amarela. Um trabalho do cirurgião do Exército Walter Reed levou à criação de uma vacina contra a febre amarela que, aliada às técnicas de medicina preventiva, erradicou a doença na região.

O mérito principal do canal é a redução do tempo necessário para alcançar um oceano vindo de outro. Antes da sua construção, os navios tinham de contornar o Cabo Horn no ponto sul mais longínquo do continente americano, com uma distância

de 22.500 quilômetros (14 mil milhas) de Nova York a São Francisco. Atualmente, a viagem de Nova York a São Francisco pelo canal tem a distância de 9.500 quilômetros (6 mil milhas).

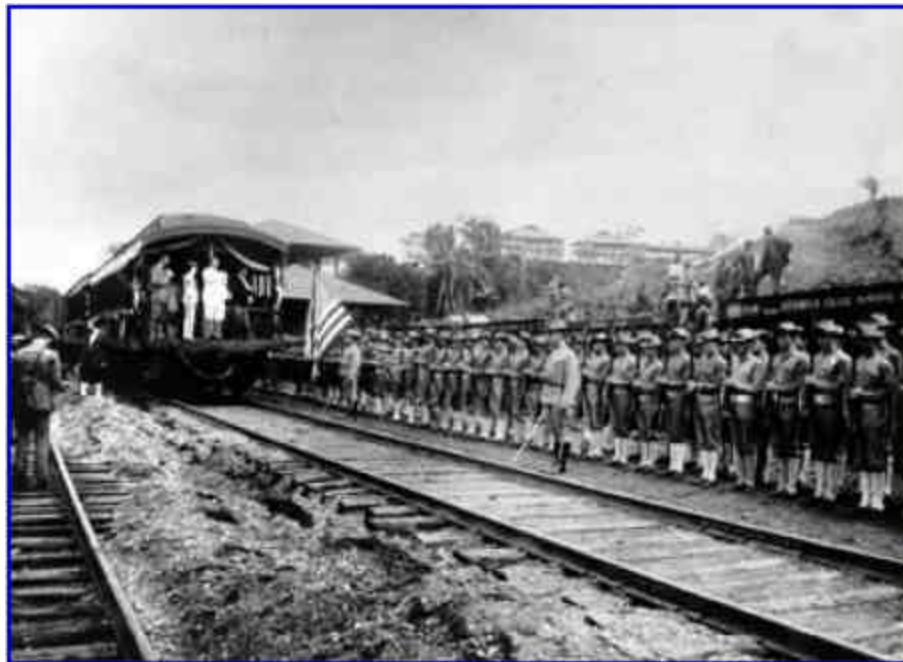
Após a Segunda Guerra Mundial, as negociações para resolver as reivindicações do Panamá de que o canal por direito pertencia ao país começaram em 1974 e culminaram no Tratado Torrijos-Carter. O presidente Jimmy Carter (1977-1981) e o presidente panamenho, Omar Torrijos, assinaram o tratado em 7 de setembro de 1977. A entrega final do canal foi feita em 31 de dezembro de 1999. ■



FOTO: AP/WWP

O presidente Theodore Roosevelt (no centro) testa uma escavadeira a vapor no Corte Culebra durante a construção do Canal do Panamá, um projeto defendido por ele, em novembro de 1906. A ida de Roosevelt ao Panamá foi a primeira viagem de um presidente titular dos EUA ao exterior

Construindo o Canal



(© AP/WWP)

O presidente Theodore Roosevelt, de branco, na traseira de um trem, passa em revista as tropas americanas na Zona do Canal do Panamá durante inspeção do trabalho de construção do canal em novembro de 1906.

A Eclusa Pedro Miguel é fotografada durante construção na Zona do Canal do Panamá em 9 de junho de 1912. O canal de 77 km, aberto para funcionamento em 14 de agosto de 1914 e composto de seis comportas, tornou-se um atalho para passagem entre oceanos através da América Central. Custou aproximadamente US\$ 352 milhões e exigiu a participação de 40 mil trabalhadores.



(© AP/WWP)

Transferindo o Controle

Um navio cargueiro passa pela Eclusa Miraflores do Canal do Panamá, no lado do Oceano Pacífico, em 13 de dezembro de 1999. Nessa ocasião, o presidente Jimmy Carter representou os Estados Unidos em cerimônia de transferência do canal para o controle do Panamá, que entrou em vigor a partir de 31 de dezembro de 1999.



(© AP/WWP)



(Cortesia: Biblioteca Jimmy Carter)

O então presidente Jimmy Carter (à esquerda) e o presidente do Panamá, Omar Torrijos, na assinatura do Tratado do Canal do Panamá em 7 de setembro de 1977. Segundo esse tratado, os Estados Unidos concordaram em transferir o controle do canal para o Panamá a partir de 31 de dezembro de 1999.

A partir da esquerda, o ministro do Exterior do Panamá, José Miguel Aleman, o ministro do Canal do Panamá, Ricardo Marinelli, a presidente panamenha Mireya Moscoso, o secretário do Exército dos EUA e presidente da Comissão do Canal do Panamá, Louis Caldera, e o embaixador dos Estados Unidos, Simon Ferro, estão em pé durante cerimônias de transferência do Canal do Panamá para o controle desse país em 31 de dezembro de 1999. Os Estados Unidos detiveram o controle do canal desde sua abertura em agosto de 1914.



(© AP/WWP)

A GUERRA FRIA: Teste do Poder Americano e Prova de Ideais

MICHAEL J. FRIEDMAN



(© AP/WWP)

O destróier Barry da Marinha dos EUA encosta ao lado do cargueiro russo Anosov no Oceano Atlântico em 10 de novembro de 1962, para inspeção da carga, enquanto um avião de reconhecimento da Marinha dos EUA sobrevoa. O navio soviético transportava uma carga de mísseis retirada de Cuba no final da crise dos mísseis cubanos em 1962

A Guerra Fria foi a primeira e principal guerra de idéias, uma luta sobre o princípio organizador da sociedade humana, uma contenda entre liberalismo e coletivismo forçado. Para os Estados Unidos, a Guerra Fria foi o primeiro envolvimento verdadeiramente contínuo da nação na política das grandes potências e ela obrigou os americanos a enfrentar, nem sempre com sucesso, seus impulsos contraditórios com relação ao mundo exterior: o desejo de se manterem afastados, mas também de lutarem pela liberdade de outros povos, tanto por altruísmo quanto por interesse próprio.

Michael Jay Friedman é da equipe de redação do *Washington File* e historiador diplomático.

Pode-se dizer que a Guerra Fria começou em 1917, com o surgimento de um regime revolucionário bolchevique na Rússia, dedicado à propagação do comunismo em todo o mundo industrializado. Para Vladimir Lênin, líder da revolução, tais ganhos eram absolutamente necessários. Em carta aberta aos trabalhadores americanos em agosto de 1918 ele escreveu: “Estamos agora, por assim dizer, em uma fortaleza sitiada, esperando que outros destacamentos da revolução socialista mundial venham nos ajudar.”

Os governos ocidentais viam geralmente o comunismo como um movimento internacional cujos partidários renegavam toda a lealdade nacional em favor de um comunismo transnacional, mas na prática recebiam ordens de Moscou a quem deviam lealdade.

Em 1918, por um breve período de tempo e sem maior entusiasmo, os Estados Unidos juntaram-se aos Aliados na tentativa de derrubar o regime revolucionário soviético. Assim, muito antes da Segunda Guerra Mundial torná-los aliados relutantes na luta contra a Alemanha nazista, a suspeita e a hostilidade sempre caracterizaram as relações entre soviéticos e ocidentais.

Com a derrota da Alemanha em 1945 e a ampla destruição causada pela guerra em toda a Europa, os Estados



(© AP/WIDEWORLD)

Em 5 de março de 1946 o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, fez um discurso na Faculdade de Westminster em Fulton, Missouri, que definiu, em uma única frase, a influência soviética sobre a Europa Oriental quando disse que uma "Cortina de Ferro" havia caído sobre a Europa

Unidos e a União Soviética representavam filosofias, objetivos e planos de reconstrução e reestruturação do continente, que eram, por si mesmos, conflitantes e incompatíveis. A atuação soviética era marcada por uma combinação de compromisso ideológico e realismo geopolítico. O exército soviético, segundo todos os relatos, havia travado a maior parte das batalhas na frente europeia e libertado grande parte do Leste Europeu e da Europa Central das garras de Adolfo Hitler. Logo se tornou clara a insistência de Moscou na formação de regimes comunistas não somente nessas áreas, mas também na formação de outros governos que respondessem diretamente aos soviéticos, independentemente dos desejos de poloneses e tchecos, sem mencionar os romenos, búlgaros e outros europeus orientais.

A perspectiva de Washington era muito diferente. Os líderes americanos acreditavam agora que o isolamento político dos EUA perante a Europa após a Primeira Guerra Mundial havia sido um grande erro. E esse engano havia possivelmente contribuído para a ascensão de Hitler e quase resultou na dominação do continente por uma única potência hostil capaz de ameaçar a segurança nacional americana. Agora com as forças soviéticas acomodadas em metade do continente e com os comunistas fortes na França, na Itália e, o que era mais importante, na Alemanha, os

formuladores de políticas dos EUA tinham mais uma vez motivos para ser cautelosos.

O contraste entre um país liberal, individualista e de certo modo independente como os Estados Unidos e a adepta do planejamento central e politicamente repressiva União das Repúblicas Socialistas Soviéticas não podia ser mais gritante, quando as duas potências começaram a competir pela lealdade da Europa e das nações recém-independentes do domínio colonial.

A GUERRA FRIA NA EUROPA:

Os esforços dos EUA para "controlar" a potência soviética dentro de suas fronteiras após a guerra abrangeram duas grandes fases. Ou seja, o esforço imediato para recuperar a Europa do ponto de vista econômico e político, fortalecendo, portanto, sua capacidade e disposição para resistir aos ganhos soviéticos adicionais e, mais tarde, em plena era nuclear, o esforço para manter a credibilidade da promessa dos EUA de defender seus aliados europeus.

Dois iniciativas demonstraram a intenção americana de reconstruir e defender a Europa não-comunista. Em 1947, quando a Grã-Bretanha informou Washington que não dispunha mais de recursos financeiros para apoiar os governos da Grécia e da Turquia contra os insurgentes comunistas, o presidente Harry S. Truman (1945-1953) reservou US\$ 400 milhões para esse fim. De influência decisiva em acontecimentos posteriores, a Doutrina Truman assumiu compromisso amplo e irrestrito "de apoiar os povos livres que resistissem às tentativas de subjugação por parte de minorias armadas ou por pressões externas". No ano seguinte, o Plano Marshall injetou cerca de US\$ 13 bilhões de ajuda econômica nas economias europeias ocidentais. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), criada em 1949, obrigou formalmente os Estados Unidos a assumir a defesa da Europa Ocidental em sua primeira "aliança envolvente" formal, situação contra a qual o primeiro presidente dos EUA, George Washington (1789-1797), já havia alertado.

A Otan foi uma resposta à superioridade militar convencional soviética na Europa. No final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos realizaram a mais rápida desmobilização militar da história, quando reduziu o seu exército de aproximadamente 8,3 milhões, em 1945, para apenas 500 mil em 1948. O Exército Vermelho manteve presença muito maior no coração da Europa e, segundo a crença geral, poderia invadir a Europa Ocidental a qualquer momento que Stálin ou seus sucessores assim o desejassem. Caso isso acontecesse, os planos militares americanos previam retaliação com armas atômicas e depois com armas nucleares, mas os aliados europeus dos Estados Unidos, sobre cujos territórios muitas dessas bombas fatalmente cairiam, alimentavam suspeitas compreensíveis sobre o assunto.

Assim que os soviéticos passaram a possuir armas atômicas (1949) e nucleares (1953) próprias, muitos europeus começaram a se perguntar se os Estados Unidos os defenderiam contra um ataque soviético se Moscou, por sua



Alemães do lado oriental e ocidental em pé no Muro de Berlim em frente ao Portão de Brandeburgo, no dia 10 de novembro de 1989. O momento simbolizou o começo do fim da Guerra Fria na Europa

vez, pudesse desencadear um holocausto nuclear sobre as cidades americanas. Será que Washington sacrificaria Nova York para defender Paris, Londres ou Bonn?

Boa parte da Guerra Fria na Europa girou em torno dessa questão. A pressão soviética sobre Berlim Ocidental — um enclave do Ocidente em plena Alemanha Oriental comunista e, portanto, militarmente indefensável — tinha como objetivo inculcar a precariedade da situação na mente dos europeus ocidentais. A resposta dos Estados Unidos a essa pressão — inclusive a Ajuda a Berlim por Via Aérea de 1948, na qual a Força Aérea dos EUA entregou alimentos e outros artigos de primeira necessidade à cidade bloqueada pelos soviéticos; a promessa do presidente John F. Kennedy, feita em 1963: “Todos os homens livres, onde quer que vivam, são cidadãos de Berlim, e por isso... sou berlinense”; e o desafio do presidente Ronald Reagan em 1987: “Sr. Gorbachev, derrube esse muro!” — tudo isso atesta o reconhecimento americano de Berlim como importante símbolo da ligação transatlântica e da determinação americana de defender seus aliados europeus.

A última grande crise européia da Guerra Fria refletiu outro esforço soviético para dividir os aliados ocidentais. Em 1975, Moscou apresentou os mísseis SS-20, armas de alcance intermediário de alta precisão, capazes de atingir alvos na Europa Ocidental, mas não nos Estados Unidos. Isso levou uma vez mais os europeus ocidentais a questionarem a disposição americana de retaliar no caso de um ataque contra a Europa e, assim, iniciar uma guerra nuclear de destruição mútua entre a URSS e os EUA. A aliança da Otan decidiu restituir o equilíbrio mediante negociação com os soviéticos para a remoção de todas as armas de médio alcance, além de ameaçar introduzir na Europa os mísseis americanos Pershing II e mísseis de cruzeiro lançados do solo, se Moscou não retirasse os SS-20.

Muitos europeus ocidentais eram contrários a essas contramedidas. Eles agiam motivados por razões e crenças, mas o movimento comunista internacional também ajudava a organizar e estimular indivíduos a se engajarem no “movimento da paz”, esperando forçar os cidadãos europeus a se acomodarem do ponto de vista político à superioridade militar soviética. Os novos mísseis dos EUA foram instalados após votação cheia de clímax em novembro de 1983 no Parlamento da Alemanha Ocidental.

Em dezembro de 1987, o presidente Ronald Reagan (1981-1989) e o secretário-geral Mikhail Gorbachev (1985-1991) assinaram o Tratado de Eliminação de Mísseis de Médio e de Curto Alcance. A incapacidade da União Soviética de criar uma cisão entre os Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental foi fator decisivo na determinação do fim da Guerra Fria.

A GUERRA FRIA NA “PERIFERIA”

Em 1947, o diplomata americano, George Kennan, enunciou a estratégia básica dos EUA para a Guerra Fria: “uma política de controle para enfrentar os russos por meio de força contrária permanente em todos os pontos nos quais mostrassem sinais de invasão dos interesses de um mundo pacífico e estável”. Em muitos casos essa política divergiu e no decorrer do tempo muitas vezes foi além do desejo real de Washington de apoiar a descolonização e se alinhar aos Estados recém-independentes que emergiram na África, na Ásia e no Oriente Médio, área à qual algumas vezes os estrategistas se referiam como a “periferia”. A Europa, entretanto, permaneceu como o palco principal da Guerra Fria.

No fim da Segunda Guerra Mundial, os formuladores das políticas americanas previram a dissolução dos antigos impérios coloniais europeus e esperavam conquistar a amizade desses novos países. Os Estados Unidos, assim, se empenharam para impedir a reafirmação da autoridade holandesa sobre a Indonésia, tendo chegado em 1949 inclusive a ameaçar suspender a ajuda do Plano Marshall até que a Holanda reconhecesse a independência daquele país. Por razões semelhantes, em 1956, o presidente Dwight D. Eisenhower forçou a Grã-Bretanha, a França e Israel a acabar com as respectivas ocupações do Canal de Suez e da Península do Sinai.

No entanto, não havia um padrão constante de política americana para a periferia. Em alguns casos, como nas Filipinas em 1986, Washington tomou o partido das forças populares, mesmo que isso significasse ficar contra os regimes pró-EUA. Em outros, os líderes americanos perceberam com rapidez a influência comunista por trás de movimentos nacionalistas e passaram a ver determinadas nações como “pedras de dominó”: caso uma delas “caísse” sob a influência soviética, as nações vizinhas corriam provavelmente o risco de cair junto.

Essa “teoria do dominó” serviu de base para a intervenção mais catastrófica dos Estados Unidos na periferia — o Vietnã. Após a capitulação do Japão em 1945, os esforços

franceses para reafirmar a autoridade colonial no Vietnã encontraram forte resistência. Os formuladores de políticas dos EUA ficaram tentados a exortar Paris a abandonar a Indochina, independentemente da ajuda francesa na retirada holandesa da Indonésia. Mas os líderes franceses avisaram que a perda de seu império poderia acarretar a perda da França para o comunismo. Washington não estava disposto a assumir esse risco. Passo a passo, começando com o apoio aos franceses, depois por meio da introdução gradual de treinadores e então de tropas — quase 550 mil até meados de 1969 — os Estados Unidos gastaram sangue e dinheiro no esforço, em última análise fracassado, para evitar que o regime comunista do Vietnã do Norte absorvesse o restante da nação.

Apesar de o desempenho americano na periferia da Guerra Fria não ter sido acima de qualquer crítica, seu rival soviético estava igualmente ativo nos esforços para espalhar sua influência no Terceiro Mundo, apoiando ditadores e interferindo em assuntos internos.

DISPUTA DE LONGO PRAZO

A estratégia de controle prescrevia uma disputa de longo prazo, o que o presidente Kennedy (1961-1963) chamou de "longa luta crepuscular". Isso era algo novo para uma nação cujos envolvimento internacionais anteriores tinham tido como objetivo superar desafios específicos e imediatos.

A reação dos EUA às três crises iniciais deixou clara a impossibilidade de uma vitória militar esmagadora pôr fim à Guerra Fria. Em 1951, a decisão do presidente Truman de demitir o general Douglas MacArthur significou na prática que a Guerra da Coreia seria travada para preservar a Coreia do Sul, e não, como era o desejo do general, para libertar a Coreia do Norte. Cinco anos depois, o presidente Eisenhower (1953-1961) não ofereceu explicitamente nenhum apoio tangível quando o povo húngaro se levantou contra o governo imposto por Moscou e contra as tropas do Exército Vermelho que reprimiram a revolução.

Finalmente, a Crise dos Mísseis Cubanos de 1962 demarcou de forma ainda mais gritante os limites do conflito direto em uma era nuclear. Os soviéticos procuraram introduzir secretamente mísseis de médio alcance em Cuba, o que representou uma clara ameaça ao continente americano. Embora os Estados Unidos nessa época ainda dispusessem de uma superioridade esmagadora em armas nucleares, uma guerra total representava ameaça de danos inaceitáveis. O presidente Kennedy concluiu, portanto, um acordo secreto cujos termos só foram conhecidos muitos anos depois. Em troca da retirada dos mísseis nucleares soviéticos de Cuba, os Estados Unidos concordaram em não avançar contra o regime comunista de Fidel Castro na ilha e também em retirar, após um período considerado satisfatório, os mísseis americanos "obsoletos" posicionados na Turquia.

Pelo visto, as duas "superpotências" aprenderam lições diferentes na Crise dos Mísseis Cubanos. Embora até 1980, na maioria das vezes, os Estados Unidos tivessem evitado aumentar o número de armas nucleares, os soviéticos conseguiram crescimento significativo de armas e não davam nenhuma indicação de que pretendiam reduzir o ritmo. Enquanto isso, na década de 1970, a participação das forças armadas cubanas nos conflitos africanos e a invasão soviética do Afeganistão em 1979 — a primeira investida direta do Exército Vermelho fora da Europa Oriental — convenceram muitos americanos de que a Guerra Fria ainda não havia terminado.

FIM DA GUERRA FRIA

As razões para o colapso da União Soviética são debatidas ainda hoje com veemência. Todavia, algumas observações podem ser feitas. A primeira é que o crescimento militar substancial ordenado pelo presidente Reagan elevou os custos de manutenção do seu poder militar relativo. A segunda é que o proposto escudo de defesa contra mísseis do projeto "Guerra nas Estrelas" ameaçava deslocar a competição para o domínio de novas tecnologias, uma arena na qual a União Soviética — uma sociedade fechada — não estava apta a concorrer.

A economia de comando soviética já começava a fraquejar. Qualquer que fosse a capacidade de sucesso industrial do modelo comunista, o novo mundo em ascensão das tecnologias da informação representava desafios insuperáveis para uma sociedade que monitorava de perto os seus cidadãos e supervisionava até mesmo o uso de fotocopiadoras. Líderes com visão de futuro como o secretário-geral Gorbachev sabia disso. As reformas que ele introduziu, mas acabou não podendo controlar, levaram à derrocada da União Soviética e ao fim da Guerra Fria.

Dentro de uma perspectiva americana, o conflito de 40 anos representou uma vitória das idéias. Os Estados Unidos pagaram um preço, na verdade bem elevado, por sua vitória. Antes de tudo, tiveram de computar os gastos imensos de vidas insubstituíveis perdidas nos campos de batalha e o dinheiro desperdiçado com armas de força inconcebível no lugar de causas mais nobres e igualmente prementes em casa e no estrangeiro. Além disso, tiveram também de enfrentar os custos políticos. A Guerra Fria obrigou algumas vezes os americanos a se alinharem a regimes repugnantes em nome da conveniência geopolítica.

Entretanto, os Estados Unidos da Guerra Fria tiveram realizações muito concretas. Em especial a Europa Ocidental e, certamente, boa parte do mundo escaparam de viver sob a sola das botas do ditador assassino Joseph Stálin, que pouco se diferencia do derrotado Adolf Hitler. Igualmente significativo em uma era de armas termonucleares, as nações cativas da União Soviética foram libertadas, sem precisar recorrer a uma guerra de destruição generalizada sem precedentes. E as instituições democráticas dos Estados Unidos emergiram intactas — na verdade, florescentes — e o modelo americano de organização social, que pode dar ao



(© AP/WIDEWORLD)

Delicada lembrança das mudanças históricas ocorridas na Rússia: alunos fazem uma pausa nos estudos em cima de uma estátua caída do ex-líder soviético Josef Stálin em um parque de Moscou, em 1991

indivíduo liberdade política, religiosa e econômica para perseguir seus sonhos, conservou sua energia enquanto a nação entrava em um novo milênio. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O PLANO MARSHALL

Uma Estratégia Que Deu Certo

DAVID W. ELLWOOD



Um retrato datado de 1947 de George C. Marshall, o primeiro secretário de Estado dos EUA do pós-guerra. Ele supervisionou a criação do bem-sucedido Programa de Recuperação Européia, batizado com seu nome

O mito do Plano Marshall tornou-se tão forte quanto seu verdadeiro legado histórico. Em 1955, o historiador oficial do plano observou como, a partir da “sugestão” de um parágrafo do discurso feito pelo secretário de Estado George Marshall em cerimônia de formatura de Harvard, surgiu um programa que “evoluiu rapidamente para se tornar uma grande e corajosa aventura internacional: à medida que progrediu, a iniciativa transformou-se em muitas coisas para muitos homens”. Tal foi a fama do projeto que ainda se poderia dizer o mesmo cinquenta anos depois.

David W. Ellwood é professor associado de História Internacional da Universidade de Bolonha, na Itália, e conferencista profissional do Centro de Bolonha da Universidade Johns Hopkins.

Não começou como plano, e alguns veteranos disseram que nunca se tornou um plano. Seu segundo principal idealizador, Harlan Cleveland, chamou-o de “uma série de improvisações... um acontecimento internacional contínuo”. No entanto, o Programa de Recuperação Européia (ERP) — mais conhecido como Plano Marshall — entrou para a história como o mais bem-sucedido projeto americano de política externa desde a Segunda Guerra Mundial.

Após o fim do apartheid, os sul-africanos pediram um Plano Marshall. Depois da queda do Muro de Berlim, os habitantes do Leste Europeu e os russos exigiram o Plano Marshall a eles negado pela União Soviética em 1947. Temeroso de que a África se desintegrasse, em 2005 o governo britânico propôs intervenção internacional coordenada ao estilo do Plano Marshall.

O mito do Plano Marshall tornou-se tão forte quanto seu verdadeiro legado histórico. Em 1955, o historiador oficial do plano observou como, a partir da “sugestão” de um parágrafo do discurso feito pelo secretário de Estado George Marshall em cerimônia de formatura de Harvard, surgiu um programa que “evoluiu rapidamente para se tornar uma grande e corajosa aventura internacional: à medida que progrediu, a iniciativa transformou-se em muitas coisas para muitos homens”. Tal foi a fama do projeto que ainda se poderia dizer o mesmo cinquenta anos depois.



Os arquitetos do Plano Marshall discutem o avanço da recuperação europeia na Casa Branca, em novembro de 1948 (da direita para a esquerda): presidente Harry S. Truman, secretário de Estado George C. Marshall, Paul G. Hoffman, ex-presidente da empresa automobilística Studebaker, que dirigiu a Administração de Cooperação Econômica do Plano Marshall, e o embaixador Averell Harriman, também ex-executivo de empresas e representante sênior dos Estados Unidos na Europa para os países participantes do Plano Marshall

(© AP/WIDEWORLD)

coisa tinha de ser feita. Se ele (Marshall) não tomasse a iniciativa, outros o fariam.”

Kennan e sua nova Equipe de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado elaboraram um dos mais importantes documentos, a partir dos quais surgiu finalmente o Plano Marshall. Em parte, seu conceito foi decorrente da compreensão, originada na era Roosevelt, das causas das duas guerras mundiais e da Grande Depressão: ódio entre classes, pobreza, falta de desenvolvimento e falta de esperança de mudança. Esses formuladores de políticas visavam construir um mundo do pós-guerra que desse suporte ao desejo dos cidadãos comuns de compartilhar dos benefícios do industrialismo. Em todos os lugares do mundo, acreditavam eles, as pessoas que desfrutassem de prosperidade, ou pelo menos da perspectiva dela, não se voltariam para o totalitarismo.

Mas havia uma dimensão especificamente europeia afetando a iniciativa Marshall. Segundo pessoas como Kennan, o secretário de Estado adjunto Dean Acheson e o futuro embaixador do ERP, Averell Harriman, o gênio do mal da

Europa era o nacionalismo. Se essa raiz do nazi-fascismo e de outras ideologias similares do século 20 pudesse ser contida em um panorama de economia europeia integrada, a prosperidade resultante poderia afastar a concorrência nacionalista, evitar futuros conflitos armados e livrar os EUA do envolvimento em futuras guerras na Europa.

Dessa maneira, modernização e integração tornaram-se os dois objetivos do ERP, e as discussões se voltaram para o modo de atingi-los. Era essencial ao método do Plano Marshall que os europeus pensassem e agissem por si mesmos dentro dessa visão: foi isso que fez o plano não ser simplesmente outro programa de ajuda.

Nos comentários breves e aparentemente simples de Marshall na Universidade de Harvard em junho de 1947 havia, antes de mais nada, relatos da devastação e da desesperança na Europa. Havia advertências para os que tentavam explorar a miséria para fins políticos. Havia um sinal claro de que a ajuda dos EUA não deveria ser condicionada à ideologia; isto é, a União Soviética e outras nações comunistas não deveriam, portanto, ser alijadas da participação.

Em seguida vinha o ponto crucial do discurso, um parágrafo desafiador convidando os europeus a entrar em acordo sobre o que necessitavam e o que deveriam fazer, caso os Estados Unidos interviessem. O papel dos EUA, segundo Marshall, “deveria ser o de ajudar a redigir um programa para a Europa e depois dar suporte a ele enquanto nos fosse possível”. O secretário de Estado insistiu na necessidade de os europeus agirem em conjunto e de se buscar “a cura, e não

O INÍCIO DE UMA IDÉIA

Três eventualidades levaram à criação de novo projeto especial americano para ajudar a Europa Ocidental na primavera de 1947. A primeira foi a condição física do continente resultante dos reveses causados pelo inverno rigoroso de 1946-1947 após o fim da Segunda Guerra Mundial. A segunda foi fato de a então recém-criada Doutrina Truman — um esquema claramente voltado para ajudar a Grécia e a Turquia a combater as pressões soviéticas — não ter conseguido indicar uma saída construtiva. A terceira foi a experiência exaustiva do secretário de Estado George Marshall na Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Moscou em março-abril de 1947 e dedicada ao futuro da Alemanha.

Marshall foi chamado de volta pelo presidente Harry S. Truman no início de 1947 para se tornar secretário de Estado, após ter se aposentado do Pentágono no final da guerra como Chefe do Estado-Maior do Exército. Pelo sucesso nessa tarefa e por suas qualidades pessoais de perspicácia, integridade e abnegação, Marshall — chamado por Churchill de “organizador da vitória” — transformou-se na personalidade pública de maior autoridade da época. Sua paciência e senso de dever foram testados integralmente em Moscou. George Kennan, diplomata sênior americano, resumiu o expressivo comentário final de Marshall ao deixar a capital soviética: “A Europa estava em desordem. Alguma

um paliativo". Ele concluiu exortando seus concidadãos americanos "a corresponder à grande responsabilidade que a história havia claramente imposto a nosso país".

"Nós esperávamos que eles saltassem cinco centímetros e eles saltaram quase dois metros", escreveu um jornalista americano. Em menos de duas semanas, os ministros das Relações Exteriores da França e da Inglaterra instalaram em Paris a Conferência sobre a Cooperação Econômica Européia (CCEE). E, em várias etapas entre o final de junho e o final de setembro, com a ajuda de 14 outros governos, prepararam um relatório para o Departamento de Estado sobre o total da ajuda econômica que imaginavam ser necessária. A maioria dos representantes não tinha um plano nacional e alguns, nem mesmo um panorama geral da economia de seu país. Sem nenhuma experiência sobre planejamento conjunto, com abrangência continental, os delegados chegaram a um total de US\$ 28 bilhões. A quantia foi rejeitada imediatamente por Washington, por ser demasiado alta.

Mas o evento da CCEE de Paris foi mais famoso pela chegada — e rápida partida — de uma grande delegação soviética chefiada pelo ministro das Relações Exteriores do Kremlin, Vyacheslav Molotov. Diante da proposta ocidental de uma estratégia de recuperação pan-européia, formulada e implementada em conjunto e que tratava a Alemanha como uma única entidade econômica, os soviéticos bateram em retirada, como já era esperado por Washington. A delegação soviética acusou os americanos e seus principais aliados de tentar controlar as economias da Europa — um caso de imperialismo de Grande Potência em sua mais nova versão, a americana. Moscou exerceu grande pressão sobre os países do Leste Europeu para que rejeitassem a ajuda do Plano Marshall. Em fevereiro de 1948, um golpe de Estado comunista na Tchecoslováquia instigado por Moscou concretizou a ruptura entre os aliados da Segunda Guerra Mundial.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Após um longo inverno dedicado a debates, uma ajuda provisória e grande aumento da tensão nas relações entre o Ocidente e o Leste Europeu, o Programa de Recuperação Européia foi lançado oficialmente com um ato do Congresso assinado pelo presidente Truman em abril de 1948. Para administrar o projeto, foi criada uma nova agência federal, a Administração de Cooperação Econômica (ECA). Truman, do Partido Democrata, manifestou sua intenção de garantir apoio bipartidário ao programa ao indicar um republicano, o presidente da empresa automobilística Studebaker, Paul G. Hoffmann, para diretor da ECA. Os recursos começaram a fluir imediatamente, sob rigorosa supervisão do Congresso.

O decreto oficial do programa identificou como objetivo principal a criação, na Europa Ocidental, de "uma economia saudável independente de ajuda externa extraordinária" até 1952. Para esse fim, segundo comentários do historiador econômico Immanuel Wexler, "o decreto estipulava um plano de recuperação baseado em quatro propósitos: (1) forte esforço de produção; (2) expansão do comércio exterior; (3)

criação e manutenção de estabilidade financeira interna; e (4) desenvolvimento da cooperação econômica (européia)". Para consternação de muitos europeus que haviam contado simplesmente com um grande programa de ajuda, logo se tornou claro que essa agenda só poderia ser cumprida mediante mudança estrutural permanente nas economias européias, individual e conjuntamente. Isso foi o que Marshall quis dizer quando falou de "cura, e não de um paliativo", nem mais, nem menos.

Para enfrentar o desafio, a Conferência sobre a Cooperação Econômica Européia (CCEE) transformou-se rapidamente na Organização para a Cooperação Econômica Européia (OCEE), sob a presidência do primeiro-ministro belga, Paul-Henri Spaak. Nesse meio-tempo, as embaixadas americanas de cada um dos países-membros obtinham assinaturas sobre pactos bilaterais, que detalhavam as obrigações dos governos em relação a seus novos patrocinadores. Entre elas estava o reconhecimento de a autoridade da "missão" da ECA se estabelecer nas capitais de cada país. Uma comissão formal ligaria cada missão a seu governo participante, a fim de supervisionar o andamento do programa no local.

A tarefa principal da comissão era fazer planos para gastar de maneira produtiva as quantias do novo "Fundo de Contrapartida". Essa foi a característica distintiva da operação toda, a ferramenta que mais diferenciou o Plano Marshall de qualquer outro programa convencional de ajuda. O fundo era uma conta em cada banco nacional especialmente criada para guardar o rendimento da venda local dos produtos fornecidos pelo ERP. Descobriu-se que boa parte da ajuda não era tão grátis ou líquida como os europeus haviam imaginado. Em vez disso, em geral seria em forma de mercadoria enviada dos Estados Unidos e vendida para melhor oferta, pública ou privada. Seus pagamentos em seguida retornariam, não para os Estados Unidos, mas para o novo fundo. Dele viria o dinheiro para pagar os esforços de reconstrução e modernização, de acordo com decisão tomada pela missão da ECA e pelo governo em cada capital do país participante.

Ao mesmo tempo, o ERP era sem dúvida uma arma poderosa na Guerra Fria. Em 1949, seu representante sênior na Europa, o embaixador Harriman, chegou a caracterizar o esforço todo como uma "operação de combate a incêndio". O sucessor de Marshall como secretário de Estado, Dean Acheson, a pessoa que, segundo ele mesmo, "provavelmente fez o maior número de discursos e respondeu mais perguntas sobre o Plano Marshall entre todos os seres vivos", lembrou: "Na realidade, os cidadãos e os deputados no Congresso sempre quiseram saber em última análise como a ajuda do Plano Marshall conseguiu bloquear o avanço do poder soviético e a aceitação do alinhamento e da organização econômica e política comunista".

VENDA DO PLANO A SEUS BENEFICIÁRIOS

Contra o plano, de fato, levantaram-se as forças do Cominform, uma organização internacional criada pelo



Foto: War Shair Avetisyan

Um dos 25 desenhos escolhidos em concurso realizado em 1950 para a criação de cartazes que representassem os objetivos e o espírito do Plano Marshall. Foram apresentadas 10.000 propostas de artistas de 13 países participantes do plano

Kremlin em outubro de 1947 com o propósito explícito de combater o Plano Marshall, mediante a coordenação dos esforços políticos dos partidos nacionais comunistas sob direção soviética e o direcionamento dos esforços de propaganda dentro de cada país participante. Em uma época em que as forças comunistas lideravam uma rebelião armada na Grécia, pareciam capazes de tomar o poder político na Itália, pareciam ameaçar instalar o caos na França e tinham claras suas pretensões em relação à Alemanha — ao contrário do Ocidente nesse estágio —, a Guerra Fria deu um sentido de urgência ao programa, que concentra as atenções em todos os lugares.

Além disso, desde o início, os planejadores da ECA sabiam que para vencer os prováveis obstáculos políticos seria necessária a comunicação direta com o público europeu acima das lideranças das classes dirigentes locais. Improvisando rapidamente, as equipes de jornalistas e cineastas que lançaram o Programa de Informações sobre o ERP o transformaram, no final de 1949, na maior operação de propaganda jamais vista em tempos de paz direcionada por um país a um conjunto de nações.

O PLANO EVOLUI

Os primeiros anos do Plano Marshall, de junho de 1948 até o começo da Guerra da Coreia em junho de 1950, foi considerado por todos os envolvidos como a época de ouro de intensa atividade econômica e de bons resultados. Especialistas apontaram quase um quarto de aumento no total da produção de bens e serviços dos países do ERP entre 1947 e 1949. Eles afirmaram que o “índice global de produção, tomando como base o de 1938, subiu para 115 em 1949, comparado com 77 em 1946 e 87 em 1947”. A agricultura também se recuperou, e o avanço no *front* da inflação foi considerado “irregular, porém definitivamente encorajador”. O comércio exterior dos Estados-membros voltou aos níveis anteriores à guerra, mas sua característica mais notável foi uma mudança de direção. Não mais voltado para os velhos impérios europeus, o comércio estava crescendo com mais rapidez no âmbito da Europa Ocidental, entre os próprios membros do ERP. Como a experiência comprovou, essa foi uma mudança estrutural duradoura na economia do continente que dentro de poucos anos estimularia as demandas políticas pela integração europeia.

Ao mesmo tempo, no final de 1949 havia se tornado evidente que as visões das nações parceiras do Programa de Recuperação Europeia diferiam de forma significativa das opiniões dos planejadores americanos em certos aspectos fundamentais. Os governos da Europa Ocidental necessitavam muito dos dólares do ERP, mas também tentavam evitar a dependência permanente dos Estados Unidos e, no geral, buscavam obter ajuda desse país nos termos que atendessem mais integralmente a seus próprios objetivos políticos.

Os ingleses chegaram a extremos para resistir à insistência contida no Plano Marshall de imediata integração econômica com o resto da Europa, a grande condição imposta para a concessão da ajuda em todos os países. Os holandeses resistiram à pressão de começar a desmantelar seu império em nome do livre comércio. Os austríacos recusaram-se categoricamente a reformar suas ferrovias e seu sistema bancário como desejavam os americanos. O povo grego rejeitou uma nova moeda patrocinada pelo ERP porque acreditava que os soberanos de ouro eram a única forma verdadeiramente confiável de câmbio monetário. O líder dos industriais italianos disse ao chefe da missão em Roma que, embora o preço das fibras sintéticas pudesse chegar a patamares bem baixos, as mulheres italianas sempre iriam preferir roupas feitas em casa com materiais naturais. Segundo ele, a comida enlatada poderia ser muito barata, mas as tradições italianas de cozinha seriam sempre preferidas. Pequenas empresas e habilidades artesanais tradicionais seriam essenciais para o futuro da Itália, exatamente como no passado.

No início de 1950, a experiência prática e uma ampla pesquisa de opinião mostraram mudança significativa no panorama. Obrigados a reconhecer que os europeus muitas vezes preferiam Estados de bem-estar social não comunistas ao modelo capitalista liberal americano, os formuladores do

Plano Marshall concentraram seu foco em uma área importante do acordo euro-americano: segurança. Os administradores começaram a insistir somente que os benefícios do ERP fossem postos à disposição de maneira igual em todos os países, visando menos a reorganizar a Europa do que a tirar as oportunidades de sucesso dos ataques comunistas tanto em relação ao plano quanto à idéia de reforma democrática com base no bem-estar social.

O IMPACTO DA CORÉIA

A mudança inesperada e preocupante de eventos ocorrida na Ásia em 1950 logo pôs a simples existência do Plano Marshall à prova. A confrontação da Guerra Fria intensificada abruptamente, iniciada com a invasão da Coréia do Sul pela Coréia do Norte em junho, encurtou a vida do projeto e o transformou de maneira radical, passando a empregar a Ajuda do Plano Marshall como instrumento para rearmamento geral da Europa Ocidental em nome da "Segurança Mútua". As emendas legislativas de 1951 e 1952 à Lei do ERP original forneceram outros US\$ 400 milhões em recursos para uma campanha contínua no sentido de persuadir os empregadores e trabalhadores europeus a "aceitar a definição americana das necessidades sociais e econômicas de produtividade", mas agora de tal forma que a produção militar para defesa nacional contra a ameaça soviética pudesse ser aumentada ao mesmo tempo que os bens de consumo. Esperava-se que todos fizessem mais para o esforço geral (daí o fortalecimento da Otan) e assim reconstruíssem suas forças armadas, bastante paralisadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial. As equipes locais da ECA decidiram rapidamente que não havia conflito entre a demanda dos Estados Unidos pelo rearmamento geral e os objetivos tradicionais da ERP: era somente uma questão de adaptar as metas políticas existentes às novas exigências.

Nesse contexto, o vitorioso Programa de Informações do ERP em breve se concentrou em uma espécie de "guerra psicológica", com o mundo da indústria e da mão-de-obra organizada identificado como a principal frente na Guerra Fria ideológica contra o comunismo. Como um dos cérebros mais influentes do ERP, o administrador adjunto (e mais tarde administrador em exercício), Richard M. Bissel, explicou em edição de abril de 1951 da *Foreign Affairs* importante publicação americana sobre relações internacionais, os Estados Unidos poderiam travar essa guerra na Europa com mais eficiência com a força de seu exemplo econômico e do poderoso apelo de sua economia consumista aos europeus de todas as regiões e classes sociais:

A Coca-Cola e os filmes de Hollywood poderiam ser considerados como dois produtos de uma civilização frívola e sem refinamento. Mas as máquinas americanas, as relações trabalhistas americanas e a administração e engenharia americanas são respeitadas em todos os lugares... Necessita-se, sim, de uma revolução pacífica que possa incorporar ao sistema econômico europeu algumas de nossas características definidas e

atraentes, desde as grandes quantidades até as negociações coletivas... [Isso] exigirá mudança profunda nas atitudes sociais, sintonizando-as com os meados do século vinte.

O BALANÇO DAS CONTAS

No final, cada nação participante conseguiu fazer sua própria versão particular da revolução pacífica de Bissel. Sob o ponto de vista econômico, o Plano Marshall significou bem mais para a Grécia, a França, a Áustria e a Holanda do que para a Irlanda, a Noruega ou a Bélgica. Para algumas nações, como a Itália, foi talvez decisiva por apenas um ano; para outras, os benefícios fluíram por vários anos.

Cada nação fez uso diferente do impulso econômico proporcionado pelo plano. Os dinamarqueses garantiram matéria-prima e abastecimento de energia. Outros povos, como o das zonas de ocupação da Alemanha, apreciaram mais a comida fornecida pelo ERP. Na Itália e na Grécia, a ajuda com a reconstrução de ferrovias, estradas e fornecimento de energia elétrica foi o benefício mais duradouro. Na França, ficou em primeiro lugar o investimento industrial; na Grã-Bretanha, o Fundo de Contrapartida foi usado quase totalmente para pagar dívidas de guerra e permitir outra vez o câmbio livre da libra.

Tanto a Áustria quanto a Suécia, cada uma à sua maneira, acreditam que sua posição estável no Ocidente se deve ao Plano Marshall. Embora os partidos comunistas tenham continuado a avançar na Itália e na França, pelo menos não tomaram o poder, e essas nações continuaram voltadas para o Ocidente enquanto durou a Guerra Fria. Talvez o maior benefício tenha sido para a Alemanha, pois a dinâmica da integração europeia concebida e incentivada pelo ERP permitiu que a nova República Federal ganhasse força e respeitabilidade e ao mesmo tempo acalmasse as suspeitas de seus vizinhos. A tão almejada revolução nas relações França-Alemanha ocorreu realmente. Fossem quais fossem as outras necessidades originais advindas da Guerra Fria, a curto prazo, nenhum desdobramento político elevou mais o contraste com a época do pós-Primeira Guerra Mundial do que esse.

Cinquenta anos após a grande experiência, Jim Warren, planejador do Plano Marshall na Grécia, lembrava com alegria:

Tínhamos uma meta; tínhamos "garra"; trabalhamos como loucos; tínhamos pensamento firme e disciplinado e pudemos programar, lutar e ver os resultados.

Durante algum tempo, a presença recém-chegada e intensa dos Estados Unidos na Europa buscou modos de transmitir os êxitos da experiência econômica americana em receitas para a salvação política de outros. Europeus agradecidos daquele tempo falavam de "um sentimento de esperança e confiança" trazido pelos planejadores americanos — de "coragem recuperada e energia renovada" no Velho Mundo.

Na Europa, o contraste entre os modelos importados e os nativos forneceu a energia para dar continuidade à grande prosperidade dos anos de 1950. O Programa de Recuperação Européia forneceu a chama para colocar em movimento a reação em cadeia. Em 1957, foi celebrado o Tratado de Roma, que criou a Comunidade Econômica Européia. Embora esse esquema de nova integração econômica fosse bem menos radical do que os visionários americanos de 1949 tinham exigido, da herança deixada pelo Plano Marshall e suas promessas nenhuma era mais concreta. Esse documento fundamental deu início à integração econômica pacífica da Europa, um processo que continua até os dias de hoje.

Quanto aos americanos, depois de um surgimento vacilante na Primeira Guerra Mundial como potência internacional, finalmente desenvolveram políticas externas e grandes estratégias "de acordo com suas novas responsabilidades como os maiores credores, produtores e consumidores do século vinte" — como disse Vera Micheles Dean em 1950, em um livro intitulado *Europe and the United States*. Eles também foram agraciados com uma nova imagem nacional dos Estados Unidos como potência que consegue conciliar liderança militar, política e econômica em escala internacional, uma imagem destinada a reaparecer toda vez que nações saiam da guerra e da miséria para tentar caminhar em direção a um futuro novo e cheio de esperanças. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O PLANO MARSHALL

Uma História em Fotos



(AP/WWP)

Em feira da primavera em Viena, na Áustria, em 1951, uma menina segura um feixe de balões de hidrogênio com propaganda do Plano Marshall. Com os dizeres "Paz, Liberdade, Bem-Estar Social" em alemão, os balões eram soltos por visitantes da feira e carregavam cartões postais expressando a esperança de que "algum dia, bens e produtos circularão livremente pelos países de uma Europa unida e próspera", entrando no bloco oriental. Os balões eram um dos diversos modos utilizados pelos Estados Unidos e seus aliados para rebater a propaganda soviética negativa contra o plano de reconstrução e desenvolvimento econômico.

Cumprindo o prometido

Este mapa mostra os países da Europa Ocidental que participaram do Plano Marshall. Enquanto a participação das nações da Europa Oriental era desencorajada pela União Soviética, praticamente todos os países da Europa Ocidental aderiram ao Programa de Recuperação Européia desde o início, em junho de 1948. A Alemanha Ocidental aderiu um ano mais tarde, depois de ter reconquistado certo grau de autonomia.



Biblioteca do Congresso

Um jipe com a faixa "força para o mundo livre" é carregado na baía de Baltimore, em 1951, para utilização no Plano Marshall.

O embaixador americano na França, Jefferson Caffery, ao microfone, profere discurso em Bordéus, em 10 de maio de 1948, em homenagem ao primeiro carregamento marítimo entregue à França como parte da ajuda americana prevista no Plano Marshall.



(© AP/WIDEWORLD)

Reconstrução



Biblioteca do Congresso

Com a ajuda do Plano Marshall, a Grécia conseguiu acelerar sua mineração das reservas de bauxita, fornecendo matérias-primas para a produção europeia de alumínio e suprimentos como parte da reconstrução e recuperação econômica europeia.



Biblioteca do Congresso

Trabalhadores de estrada holandeses descansam da tarefa implacável de recuperação de terras. Na Holanda, fundos do Plano Marshall ajudaram a recuperar terras devastadas pela Segunda Guerra Mundial e a construir estradas essenciais para o transporte de suprimentos de emergência por toda a Europa.



Biblioteca do Congresso

Conjunto habitacional público em Matera, Itália, construído pelo governo italiano em 1951 com fundos do Plano Marshall.

A CRISE DE SUEZ

Uma Crise Que Mudou o Equilíbrio de Poder no Oriente Médio

PETER L. HAHN



(Getty Images/© Central Press)

Vista aérea de navios afundados na entrada do Canal de Suez para bloquear a passagem durante o ataque ao Egito por Israel, França e Grã-Bretanha em 1956

Este ano marca o 50º aniversário da Crise de Suez, quando quase foi deflagrada uma grande guerra regional entre Egito, Israel, Grã-Bretanha e França que poderia ter arrastado a União Soviética e os Estados Unidos. Por meio de diplomacia determinada, no entanto, o presidente Dwight D. Eisenhower evitou um conflito maior. Mas a crise também afetou o futuro equilíbrio de poder no Oriente Médio.

Peter L. Hahn é professor de História Diplomática na Universidade do Estado de Ohio e atualmente diretor executivo da Sociedade dos Historiadores das Relações Exteriores Americanas. Hahn é especialista em História Diplomática dos EUA no Oriente Médio desde 1940.

A crise do Canal de Suez de 1956 foi um caso complexo com origens complicadas e conseqüências cruciais para a história internacional do Oriente Médio. As origens da crise podem remontar ao conflito árabe-israelense que assolou a região no final dos anos 1940 e à onda de descolonização que tomou conta do mundo em meados do século 20, abrindo o conflito entre as potências imperialistas e as nações emergentes. Antes de terminada, a Crise de Suez agravou o conflito árabe-israelense, quase provocou confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética, deflagrou um golpe mortal nas pretensões imperialistas britânicas e francesas no Oriente Médio e forneceu oportunidade para que os Estados Unidos assumissem uma posição política proeminente na região.



Reunião entre o presidente Dwight D. Eisenhower (à esquerda) e seu secretário de Estado John Foster Dulles em 1956

(Foto: © National Park Service, cortesia: Biblioteca Dwight D. Eisenhower)

ORIGENS DO CONFLITO

A Crise de Suez teve origens complexas. Egito e Israel permaneceram tecnicamente em estado de guerra após um acordo de armistício que terminou com as hostilidades entre os dois países de 1948 a 1949. Esforços das Nações Unidas e de vários Estados para conseguir um tratado de paz definitivo — sobretudo o chamado plano de paz Alpha promovido pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha em 1954-1955 — não conseguiram garantir um acordo. Em clima de tensão, choques violentos ao longo da fronteira egípcio-israelense, em agosto de 1955 e abril de 1956, quase desencadearam a retomada das hostilidades em grande escala. Quando o Egito comprou armas soviéticas no final de 1955, aumentou a pressão em Israel para que fosse realizado um ataque preventivo com o fim de minar a autoridade do primeiro-ministro egípcio, Gamal Abdel Nasser, e dismantelar a capacidade militar do país antes que a nação recebesse os armamentos soviéticos.

Enquanto isso, a Grã-Bretanha e a França cansaram-se das dificuldades impostas por Nasser a seus interesses imperialistas na bacia mediterrânea. A Grã-Bretanha considerou a campanha de Nasser para expulsar as forças militares britânicas do Egito — conseguida por meio de um tratado em 1954 — um golpe ao seu prestígio e capacidade militar. A campanha de Nasser para estender sua área de influência para Jordânia, Síria e Iraque convenceu os britânicos de que ele queria expurgar a influência britânica da região. Autoridades francesas ficaram irritadas perante a evidência de que Nasser endossara a luta dos rebeldes argelinos para se tornarem independentes da França. No início de 1956, autoridades americanas e britânicas concordaram em adotar uma política altamente secreta, de codinome Omega, para isolar e confinar Nasser por meio de uma série de medidas políticas e econômicas sutis.

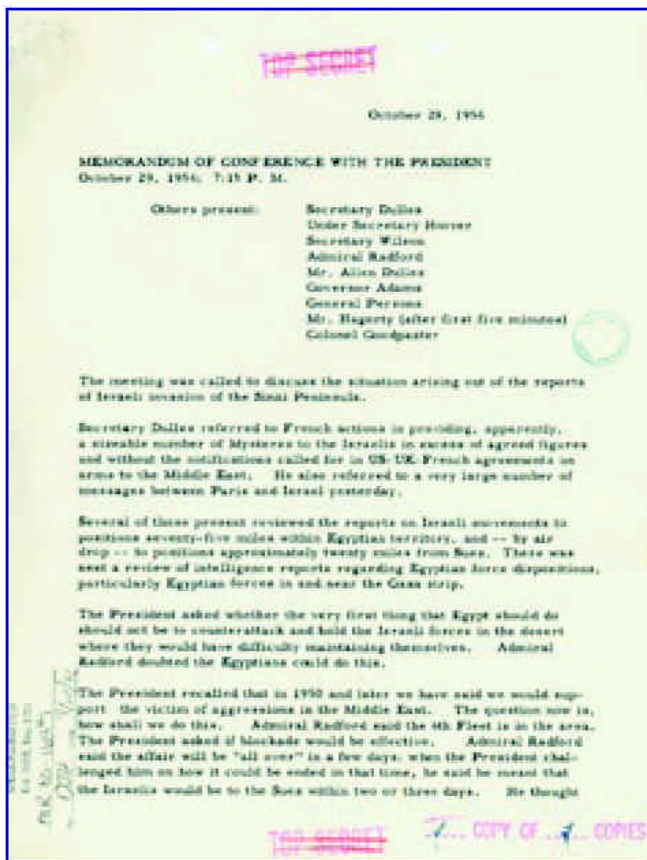
A Crise de Suez eclodiu em julho de 1956, quando Nasser, a quem os Estados Unidos e a Grã-Bretanha negaram ajuda econômica, retaliou com a nacionalização da Companhia do Canal de Suez. Nasser confiscou a empresa de propriedade britânica e francesa para demonstrar sua independência das potências colonialistas européias, bem como para vingar-se da recusa anglo-americana de lhe conceder ajuda econômica, e também para ficar com os lucros obtidos pela companhia no país. O fato levou a uma crise internacional de quatro meses na qual a Grã-Bretanha e a França concentraram gradativamente suas forças militares na região e alertaram Nasser de que estavam prontos a usar a força para recuperar a posse da empresa, a menos que ele se retratasse. Autoridades britânicas e francesas esperavam secretamente que a pressão acabasse provocando a queda de Nasser, com ou sem ação militar da parte delas.

RESPOSTA DOS EUA

O presidente Dwight D. Eisenhower abordou a crise do canal considerando três premissas básicas e inter-relacionadas. Primeira, embora simpatizasse com o desejo da Grã-Bretanha e da França de recuperar a Companhia do Canal, não contestou o direito do Egito de confiscar a empresa, desde que fosse feito o pagamento adequado como determinava a legislação internacional. Desse modo, Eisenhower procurou impedir um conflito militar e solucionar a disputa sobre o canal usando a diplomacia, antes que a União Soviética se aproveitasse da situação para obter ganhos políticos. Ele orientou o secretário de Estado, John Foster Dulles, a neutralizar a crise em termos aceitáveis para a Grã-Bretanha e a França com declarações públicas, negociações, duas conferências internacionais em Londres, criação da Associação dos Usuários do Canal de Suez (SCUA) e deliberações nas Nações Unidas. No final de outubro, porém, esses esforços se mostraram improdutivos, e as preparações anglo-francesas para a guerra continuaram.

Segunda, Eisenhower pretendia evitar o isolamento dos nacionalistas árabes e incluiu estadistas árabes em sua diplomacia para acabar com a crise. Sua recusa em endossar as forças anglo-francesas contra o Egito, foi em parte resultado do reconhecimento de que o confisco do canal por Nasser contava com amplo apoio popular entre os egípcios e entre outros povos árabes. De fato, o aumento da popularidade de Nasser nos Estados árabes entrou em curto-circuito com os esforços de Eisenhower para resolver a crise do canal em parceria com líderes árabes. Os líderes sauditas e iraquianos recusaram a sugestão americana para que criticassem a ação de Nasser ou desafiassem seu prestígio.

Terceira, Eisenhower tentou isolar Israel da controvérsia sobre o canal temendo que a combinação dos conflitos voláteis egípcio-israelense e anglo-franco-egípcio incendiassem o Oriente Médio. Conseqüentemente, Dulles negou voz a Israel nas conferências diplomáticas convocadas para solucionar a crise e evitou discussões sobre os ressentimentos de Israel com a política egípcia durante os



Memorando da Casa Branca, divulgado em 29 de outubro de 1956, discute informações de que os israelenses teriam invadido a Península do Sinai e especula como reagir

procedimentos nas Nações Unidas. Percebendo uma fagulha de belicosidade de Israel contra o Egito em agosto e setembro, Eisenhower providenciou suprimentos limitados de armas de Estados Unidos, França e Canadá na esperança de diminuir a insegurança dos israelenses e assim evitar uma Guerra entre Egito e Israel.

ECLOSÃO DAS HOSTILIDADES

Em outubro, a crise tomou um novo rumo que os Estados Unidos não esperavam. Sem o conhecimento das autoridades americanas, França e Grã-Bretanha conspiraram com Israel na elaboração de um plano para deflagrar uma guerra contra o Egito coordenada secretamente. Segundo o estrategema, Israel invadiria a península do Sinai, Grã-Bretanha e França emitiriam um ultimato para que as tropas egípcias e israelenses se retirassem da Zona do Canal de Suez e, quando Nasser (como era esperado) se recusasse a atender, em 48 horas as potências europeias bombardeariam as bases aéreas egípcias, ocupariam a Zona do Canal e deporiam Nasser. As autoridades americanas não conseguiram prever a conspiração, em parte porque estavam ocupadas com o temor de uma guerra entre Israel e Jordânia e com os levantes anti-soviéticos na Hungria, em parte porque estavam preocupadas com a próxima eleição presidencial nos EUA e em parte porque acreditavam nas negativas de

amigos dos governos conspiradores que lhes asseguravam não haver iminência de ataque. No entanto, a guerra irrompeu em 29 de outubro quando Israel lançou um ataque frontal contra as forças egípcias no Sinai. Em poucos dias as forças israelenses se aproximaram do Canal de Suez.

Pegos de surpresa pelo início das hostilidades, Eisenhower e Dulles adotaram uma série de medidas para pôr fim à guerra rapidamente. Irritado com seus aliados em Londres e Paris que o enganaram com o plano conspiratório, Eisenhower também temia que a guerra colocasse os Estados árabes sob dependência soviética. Para debelar a guerra, mesmo enquanto aviões britânicos e franceses bombardeavam alvos egípcios, o presidente americano impôs sanções contra as potências conspiradoras, conseguiu uma resolução de cessar-fogo na ONU e organizou a Força de Emergência das Nações Unidas (Unef) para desmobilizar os combatentes. Contudo, antes que a Unef pudesse se deslocar, em 5 de novembro a Grã-Bretanha e a França desembarcaram tropas de pára-quedistas ao longo do Canal de Suez.

O desembarque de britânicos e franceses empurrou a crise para sua fase mais perigosa. A União Soviética, em manobra para desviar a atenção de sua brutal repressão contra o movimento revolucionário na Hungria, ameaçou intervir no conflito e talvez até retaliar com ataques de armas atômicas contra Londres e Paris. Relatórios do serviço de inteligência informando que as forças soviéticas estavam concentradas na Síria para uma intervenção no Egito alarmaram as autoridades americanas, pois elas sentiam que o tumulto na Hungria havia deixado os líderes soviéticos propensos a um comportamento impulsivo. Prudentemente, Eisenhower alertou o Pentágono a se preparar para a guerra. A intersecção entre o conflito árabe-israelense e os conflitos de descolonização deflagraram um confronto alarmante entre o Ocidente e o Oriente.

Abalado pela repentina possibilidade de um conflito mundial, Eisenhower também agiu rapidamente para impedi-lo. O presidente recorreu a pressões políticas e financeiras sobre os beligerantes para que aceitassem em 6 de novembro um acordo de cessar-fogo da ONU. Esse acordo entrou em vigor no dia seguinte e endossou os esforços das autoridades das Nações Unidas para enviar urgentemente a Unef ao Egito. As tensões se acalmaram aos poucos. As forças britânicas e francesas deixaram o Egito em dezembro e, após difíceis negociações, as forças israelenses se retiraram do Sinai em março de 1957.

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE

Embora atenuada com rapidez, a Crise de Suez teve profundo impacto sobre o equilíbrio de poder no Oriente Médio e sobre as responsabilidades que os Estados Unidos assumiram na região. O conflito manchou gravemente o prestígio britânico e francês entre os Estados árabes, minando a autoridade tradicional dessas potências europeias na região. Nasser, ao contrário, não apenas sobreviveu à provação, como ampliou seu prestígio entre os povos árabes

como o líder que desafiou os impérios europeus e resistiu à invasão militar pelas forças de Israel. O restante da região, que manteve regimes favoráveis ao Ocidente, parecia vulnerável aos levantes dos nasseristas. Apesar de Nasser não ter mostrado inclinação imediata a se tornar cliente da União Soviética, as autoridades americanas temiam que as ameaças soviéticas contra os aliados europeus tivessem melhorado a imagem de Moscou entre os Estados árabes. E parecia não haver perspectiva de promover a paz árabe-israelense em um futuro próximo.

Em reação a essas conseqüências da Guerra de Suez, no início de 1957 o presidente declarou a Doutrina Eisenhower, uma política de segurança regional nova e de grande porte. Proposta em janeiro e aprovada pelo Congresso em março, a doutrina prometia que os Estados Unidos distribuiriam ajuda econômica e militar, e, caso necessário, usariam a força militar para conter o comunismo no Oriente Médio. Para implementar o plano, o enviado presidencial James P. Richards visitou a região distribuindo dezenas de milhões de dólares em ajuda econômica e militar para Turquia, Irã, Paquistão, Iraque, Arábia Saudita, Líbano e Líbia.

Ainda que nunca invocada formalmente, a Doutrina Eisenhower orientou a política dos EUA em três controvérsias. No segundo trimestre de 1957, o presidente concedeu ajuda econômica à Jordânia e enviou navios da Marinha dos EUA ao Mediterrâneo Oriental para ajudar o rei Hussein a debelar uma rebelião entre oficiais do Exército favoráveis ao Egito. No final de 1957, Eisenhower incentivou a Turquia e outros Estados amigos a considerar uma incursão à Síria para impedir que um regime radical consolidasse o poder naquele país. Quando, em julho de 1958, uma revolução violenta em Bagdá ameaçou propagar levantes similares para o Líbano e a Jordânia, finalmente, Eisenhower ordenou que os soldados americanos ocupassem Beirute e transportassem suprimentos para as forças britânicas que ocupavam a Jordânia. Essas medidas, sem precedentes na história da política americana nos Estados Árabes, revelou claramente a determinação de Eisenhower de aceitar a responsabilidade pela preservação dos interesses ocidentais no Oriente Médio.

A Crise de Suez foi um divisor de águas na história da política externa americana. Ao anular as premissas tradicionais no Ocidente sobre a hegemonia anglo-francesa no Oriente Médio, exacerbar os problemas do nacionalismo revolucionário personificado em Nasser, incendiar o conflito árabe-israelense e ameaçar oferecer à União Soviética um pretexto para penetrar na região, a Crise de Suez levou os Estados Unidos a um envolvimento substancial, significativo e duradouro no Oriente Médio. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL E INTERNACIONAL DE BRUXELAS (EXPO 1958)

Talvez a exposição internacional mais conhecida no período da Guerra Fria tenha sido a *Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles* de 1958 (Expo '58). Por ser a primeira feira realizada após a Segunda Guerra Mundial, adquiriu um significado mais amplo: os governos aliados da Europa Ocidental — França e Grã-Bretanha — usaram a ocasião para demonstrar seu sucesso pós-guerra, ao passo que os países do eixo — Alemanha, Japão, Itália — tiveram oportunidade de renovar sua imagem internacional. Contudo, o mais notável no meio de toda a exuberância da feira foi a óbvia tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética, que utilizaram os respectivos pavilhões para promover seus sistemas políticos antagônicos.

O tema da exposição dos EUA, "Unfinished Business" (Negociações Não Concluídas), tratava, entre outras coisas, de questões sociais dos Estados Unidos, inclusive a segregação. Os congressistas sulistas se ofenderam e

cortaram o restante do orçamento destinado à exposição. Com isso, os EUA reduziram os produtos científicos exibidos, e a Rússia assumiu o espaço não utilizado pelos americanos no Hall Internacional de Ciência, aproveitando-o para fazer propaganda de seus avanços tecnológicos: os soviéticos tinham, por exemplo, um estande sobre os usos da energia atômica para fins pacíficos, contrastando com o uso da energia nuclear pelos EUA "para destruir a humanidade".

No centro da exposição soviética havia modelos de seus recém-lançados satélites *Sputnik*, que marcaram o início do programa espacial russo no ano anterior e chegaram a

transportar uma cadela chamada Laika. Embora os Estados Unidos tivessem lançado seu próprio satélite, o *Explorer*, com sucesso em 1958, eles não expuseram seu artefato espacial. O *Sputnik* tornou-se muito popular, e os soviéticos usaram seu pavilhão, um tributo de alta tecnologia ao comunismo, para tentar convencer o público de que uma União Soviética tecnológica e cientificamente superior em breve superaria os Estados Unidos na produção de bens materiais. Os Estados Unidos prepararam-se melhor para as feiras mundiais subsequentes.



(© AP/WWP)

Inaugurado na Expo de Bruxelas em 1958, o Atomium foi projetado por Andre Waterkeyn. A estrutura representa um cristal de ferro ampliado 165 bilhões de vezes. O monumento de 48 anos passou recentemente por uma reforma completa. A Expo, a primeira desde o fim da Segunda Guerra Mundial, serviu de cenário para o início da Guerra Fria cultural entre os Estados Unidos e a União Soviética

própria Bélgica, que patrocinou a feira para promover seu crescimento econômico, impressionou o público com sua peça central, o gigantesco Atomium — construção futurista destacando o lado positivo da era atômica —, e sua produção de chocolate, que atingiu cinco toneladas por dia durante a Expo '58. ■

À parte as rivalidades culturais da Guerra Fria, a exposição foi notável pela variedade de produtos científicos demonstrados, entre os quais uma enciclopédia em áudio, um dicionário eletrônico, queijo pasteurizado, uma fita magnética capaz de transmitir milhões de caracteres em poucos segundos e uma máquina postal capaz de classificar mil cheques em 15 minutos. A

NIXON NA CHINA

Momento Decisivo na História Mundial

WARREN I. COHEN



Presidente Richard M. Nixon, à direita, e o primeiro-ministro chinês Chu En-Lai, à esquerda, atravessam uma ponte na típica paisagem chinesa de Hangchow, em 26 de fevereiro de 1972 e, ao fundo no centro, encontra-se a senhora Pat Nixon

"Todas as nações devem ser beneficiadas, e não prejudicadas, quando uma nação se torna estável e próspera, capaz de manter a paz dentro de suas fronteiras e suficientemente forte para não atrair agressão externa. Esperamos sinceramente que a China progrida e usaremos todos os meios pacíficos e legítimos de que dispomos para promover esse progresso."

Declaração do presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, ao representante chinês Tong Shaoyi em dezembro de 1908.

Warren I. Cohen é professor ilustre de História e professor pesquisador de Assuntos Presidenciais na Universidade de Maryland, Condado de Baltimore. Também é acadêmico sênior do Programa Ásia no Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos em Washington. É historiador das Relações Exteriores Americanas e das Relações dos EUA com o Leste Asiático, assim como especialista em história da China e região.

A vitória dos comunistas na guerra civil chinesa em 1949 teve impacto terrível sobre os Estados Unidos. Na primeira metade do século 20, a partir do presidente Theodore Roosevelt, os formuladores de política americana contribuíram para o surgimento de uma China próspera e forte. Presumiram que a China seria amiga dos Estados Unidos. Os americanos fiavam-se nas obras importantes que realizaram na China ao longo de um século. Entre elas, estavam a construção das faculdades cristãs, que foram as precursoras do moderno sistema educacional chinês, e o financiamento, pela Fundação Rockefeller, de programas de reconstrução rural e da faculdade Peking Union Medical College, onde estudaram os principais médicos chineses. Muitos americanos acreditavam que seu país tinha defendido a causa da China contra os imperialistas japoneses e europeus, começando com os "memorandos da política de portas abertas" enviados de Washington para as grandes potências, quando a simples sobrevivência da China como nação esteve ameaçada entre 1899 e 1900. E, mais obviamente, os Estados Unidos haviam liderado a luta para libertar a China da agressão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial.



O presidente Richard M. Nixon, no centro, e a primeira-dama, Pat Nixon, posam com um grupo de cidadãos chineses após passeio à Grande Muralha da China, monumento próximo a Pequim, em 24 de fevereiro de 1972. Mais à direita, o secretário de Estado, William P. Rogers

INTERRUPÇÃO DAS RELAÇÕES CHINA-EUA

Mas a República Popular da China (RPC), proclamada em 1º de outubro de 1949, não foi amistosa com os Estados Unidos, e poucos chineses compartilhavam da opinião dos americanos sobre o papel histórico dos EUA na China. O novo líder, Mao Tsé-tung, desconfiava das intenções americanas e ordenou uma campanha antiamericana em junho de 1946. Suas forças perseguiram os americanos na China. Um diplomata americano foi espancado pela polícia em Xangai. O cônsul-geral americano em Mukden foi mantido em prisão domiciliar por um ano. O pior de tudo foi a intervenção de tropas comunistas chinesas, em outubro de 1950, na Guerra da Coreia contra as forças da ONU lideradas pelos americanos, na tentativa de rechaçar a invasão da Coreia do Sul pela Coreia do Norte. Como soldados americanos e chineses estavam se matando às dezenas de milhares nos combates, toda intenção de restabelecer relações diplomáticas normais entre Pequim e Washington desapareceu.

Por um período de mais de 20 anos a partir de então, os Estados Unidos e a China se consideraram adversários. Embora seus diplomatas eventualmente se cruzassem em conferências internacionais e mantivessem conversas esporádicas no plano diplomático, nenhum dos países expressou interesse em aproximação. Os americanos continuavam a reconhecer a República da China de Chang Kai-Chek, derrotado no continente e sobrevivendo na ilha de Taiwan, como o governo legítimo de toda a China. Mao e seus colegas persistiam em denunciar o imperialismo americano e recusavam-se a discutir qualquer assunto que não fosse o fim da ajuda americana a Chang e sua proteção a Taiwan.

Nos Estados Unidos, a combinação de hostilidade da China, anticomunismo interno intensificado pela Guerra Fria e influência dos amigos americanos de Chang impediam que os formuladores de política nos anos 50 e 60 se aproximassem de Pequim. Na verdade, Washington usou sua influência para manter a República Popular fora das Nações Unidas, embora o presidente Dwight Eisenhower argumentasse ser um erro isolar a China.

Contudo, em meados de 1960, a conscientização sobre a cisão sino-soviética e o enfraquecimento do anticomunismo por causa da desilusão com a guerra no Vietnã provocaram uma mudança na opinião americana sobre as relações com a China. Importantes líderes governamentais defendiam com insistência uma política considerada por eles mais realista: aceitar o regime de Pequim como governo legítimo da China e encontrar modos de se aliar a ela.

Falavam em "controle sem isolamento". Contudo, o governo do presidente Lyndon Johnson estava por demais envolvido com o Vietnã, e os chineses foram surpreendidos pela Grande Revolução Cultural Proletária. Não se desenvolveu nenhum relacionamento novo.

ARREFECIMENTO DAS TENSÕES

Richard Nixon, vice-presidente de Eisenhower e candidato derrotado à sucessão presidencial em 1960, foi um líder americano cujo anticomunismo e hostilidade à China eram de conhecimento geral. Em 1968, foi eleito presidente dos Estados Unidos, e a possibilidade de diminuição das tensões com a China parecia mais remota do que nunca. Mas Nixon concordou com as estimativas de funcionários de primeiro escalão do Departamento de Estado de que a China poderia ajudar os Estados Unidos a acabar com a guerra no Vietnã e apoiar os esforços dos americanos para combater o crescente poder soviético. Reconheceu que a mudança de opinião do público americano mais suas credenciais anticomunistas lhe permitiriam procurar se aproximar da China. Vagarosa e cautelosamente, sem nenhum risco para a segurança dos Estados Unidos, o governo Nixon sinalizou seu desejo de melhorar as relações com a China.

O convite de Chu En-Lai, principal diplomata da China, à equipe de pingue-pongue dos EUA e suas mensagens por intermédio do líder do Paquistão evidenciaram que ele tinha o mesmo objetivo. Pouco a pouco persuadiu o cético Mao de que os Estados Unidos não representavam mais uma ameaça à China e poderiam ser úteis aos esforços de Pequim para enfrentar a pressão soviética. O grande avanço aconteceu em 1971.

Em seu discurso ao Congresso sobre o Estado da União em fevereiro de 1971, Nixon falou sobre a necessidade de estabelecer um diálogo com a RPC. Exigiu um assento para

o governo de Pequim nas Nações Unidas — sem sacrificar a posição da República da China em Taiwan. Anteriormente, o reconhecimento americano do regime de Chang e o apoio a ele representaram um sério obstáculo à reaproximação entre a China de Mao e os Estados Unidos. Tanto Mao quanto Chang insistiam que podia existir somente uma China e nenhum deles concordava com os esforços de Washington de haver duas, uma no continente e outra em Taiwan. Todavia, em 1971, Nixon e Mao estavam ansiosos para se aproximar um do outro e aceitaram uma fórmula conciliatória de "uma única China, mas não agora". De fato, considerando a percepção do valor estratégico de melhores relações com Pequim, Nixon e seu assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, estavam preparados para fazer mais concessões do que exigências a Mao. Encontrar um parceiro na luta contra a União Soviética era muito mais importante.

Em julho de 1971, o mundo soube que Kissinger acabara de retornar de uma missão secreta à China. Nixon anunciou que ele, o presidente dos Estados Unidos, aceitara um convite para visitar a China. Em agosto e setembro, os Estados Unidos, pela primeira vez, apoiaram a participação do representante de Pequim no Conselho de Segurança das Nações Unidas enquanto davam apoio nominal aos esforços de Taipé para conseguir um assento. O pedido americano para que as duas delegações tivessem assento fracassou, minado pela decisão de Kissinger de escolher aquele momento para viajar a Pequim. O pedido albanês para substituir o representante de Pequim por Taipé venceu com facilidade. Foi uma das derrotas diplomáticas menos dolorosas que os Estados Unidos já sofreram. Washington tinha dado mais um passo em direção à política de uma única China.

VISITA PRESIDENCIAL

Em fevereiro de 1972, Nixon foi à China, onde desfrutou de uma audiência pessoal com Mao Tsé-tung. Telespectadores estupefatos no mundo todo viram Nixon assistir a um balé chinês repleto de propaganda comunista e aplaudi-lo calorosamente no final. Era de fato um novo Nixon e um novo relacionamento com a China.

No comunicado sino-americano emitido após a semana de Nixon na China, ficou claro que a resistência aos soviéticos foi o motivo da aproximação dos dois países. A declarada oposição à "hegemonia" na Ásia e no Pacífico era uma referência velada à redução da influência de Moscou na região. Taiwan, por outro lado, continuava sendo o principal obstáculo às relações diplomáticas normais, à "normalização". Os americanos reconheciam as reivindicações dos chineses de que Taiwan era parte da China, mas reafirmavam seu interesse em um acordo pacífico sobre o assunto. Nixon atendeu às exigências chinesas de remoção das forças americanas de Taiwan, comprometendo-se com a retirada definitiva dos Estados Unidos e prometendo fazê-la gradativamente conforme as tensões na região (Vietnã) fossem diminuindo. Ao mesmo tempo, ele e

Kissinger procuravam reduzir a apreensão de Pequim de que o poder japonês substituiria o dos americanos na ilha. Ele ainda assegurou aos líderes chineses que os Estados Unidos não apoiariam a independência de Taiwan e prometeu tomar as providências desejadas pelos chineses depois de sua reeleição prevista para 1972.

De acordo com um tratado de 1954, os Estados Unidos eram obrigados a defender Taiwan. Empresas americanas tinham investimentos de muitos bilhões de dólares na ilha. Pesquisas de opinião pública indicavam que os americanos não estavam dispostos a entregar os habitantes de Taiwan, amigos e aliados aos comunistas. Contudo, o governo Nixon estava preparado para se livrar do tratado de defesa de Taiwan, apostando que, no curto prazo, as pessoas da ilha poderiam se defender e que, no longo prazo, uma solução pacífica poderia ser encontrada.

NORMALIZAÇÃO

Em 1973, China e Estados Unidos abriram "escritórios de contato", que funcionavam como embaixadas nas capitais de ambos os países. Contudo, a normalização foi adiada em virtude do escândalo de Watergate, que acabou levando Nixon a cair em desgraça e a renunciar à presidência. Porém, seus sucessores também estavam comprometidos com a normalização das relações com a China, conseguida no começo de 1979. O intercâmbio secreto de inteligência militar sobre os movimentos soviéticos, iniciado por Kissinger em 1971, nunca foi interrompido.

A abertura de Nixon à China resultou em mudança de enorme importância no equilíbrio de poder durante a Guerra Fria. A aliança tácita entre os Estados Unidos e a República Popular contra o poder aparentemente crescente da União Soviética aliviou as ansiedades dos chineses em relação a um possível ataque soviético e possibilitou aos americanos concentrar seu poderio militar na Europa ? enquanto os soviéticos continuavam a ser confrontados por adversários do Ocidente e do Oriente, que então se uniram contra Moscou. Foi um momento decisivo na história mundial, que em última análise contribuiu para o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. E, em 1979, o vice-presidente americano, Walter Mondale, viajou a Pequim onde repetiu as palavras pronunciadas por Theodore Roosevelt em 1908 para demonstrar novamente a convicção de que uma China forte ? e presumivelmente amiga ? era do interesse dos EUA. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

DIPLOMACIA DO PINGUE-PONGUE RESTABELECE RELAÇÕES EUA-CHINA



(© Agence France Press)

Jogadores de tênis de mesa chineses e americanos fazem treinamento prático antes de partida amistosa em Pequim em abril de 1971

Em atitude inédita e inesperada, diplomatas jogam tênis de mesa e mudam a história.

Em 10 de abril de 1971, nove jogadores americanos, quatro altos funcionários e cônjuges de dois deles, acompanhados por 10 jornalistas, atravessaram uma ponte que liga Hong-Kong à China continental para inaugurar a era da “Diplomacia do Pingue-Pongue”. A aventura de oito dias sinalizou o desejo mútuo de aliviar antigas tensões entre Washington e Pequim.

“Vocês abriram novo capítulo nas relações entre o povo americano e o chinês”, disse o primeiro-ministro Chu En-lai durante banquete em homenagem aos visitantes no Grande Hall do Povo em Pequim. “Tenho certeza de que o reinício de nossa amizade resultará em maior apoio entre os dois povos.”

Naquele mesmo dia, 14 de abril, os Estados Unidos revogaram um embargo comercial de 20 anos contra a China. As relações entre EUA e China haviam sido cortadas em outubro de 1949, quando forças comunistas lideradas por Mao Tsé-tung depuseram o governo nacionalista do general Chiang Kai-shek. Chiang e seu governo refugiaram-se em Taiwan, e durante 22 anos de dominação comunista

nenhum grupo americano teve permissão para entrar na China.

Por isso, foi completamente inesperado quando, em 6 de abril de 1971, a equipe de tênis de mesa dos EUA, que estava no Japão para o 31º Campeonato Mundial de Tênis de Mesa, foi convidada pela equipe chinesa para uma visita imediata, com todas as despesas pagas, à República Popular da China.

De 11 a 17 de abril, a equipe americana jogou com a equipe chinesa algumas partidas amistosas, visitou a Grande Muralha e o Palácio de Verão fora de Pequim, reuniu-se com estudantes e trabalhadores chineses e participou de eventos sociais nas principais cidades chinesas. Um ano mais tarde, os chineses fizeram uma excursão pelos Estados Unidos, jogando uma série de partidas amistosas sob o lema “Amizade em Primeiro Lugar” perante torcedores americanos entusiasmados.

Os Estados Unidos e a China já estavam conduzindo negociações nos bastidores — pois cada nação procurava melhorar as relações — tendo como pano de fundo a agressão soviética. Em 1971, o assessor de Segurança Nacional Henry A. Kissinger fez duas visitas secretas à China para estabelecer relações harmoniosas. E, no terceiro trimestre do mesmo ano, aproveitando a boa vontade gerada pela diplomacia do pingue-pongue, o presidente Richard M.



Membros da equipe de tênis de mesa dos EUA participam de reunião com a equipe chinesa em Pequim em 16 de abril de 1971. Os chineses convidaram os americanos a visitar a China enquanto participavam do Campeonato Mundial no Japão



O vice-primeiro-ministro da China, Li Lanqing, à esquerda, joga uma partida de tênis de mesa com o ex-secretário de Estado Henry A. Kissinger, à direita, na Residência de Hóspedes Oficiais Diaoyutai em Pequim em 18 de março de 2001. Uma grande recepção foi realizada no local para marcar o 30o aniversário da histórica "diplomacia do pingue-pongue" nas relações entre EUA e China

Nixon anunciou que também iria à China no ano seguinte para iniciar conversações formais a fim de normalizar as relações entre as duas nações.

Em 21 de fevereiro de 1972, Nixon tornou-se o primeiro presidente dos EUA a visitar a China. ■

COMÉRCIO E ECONOMIA

Uma Força nas Relações Exteriores dos EUA

MAARTEN L. PEREBOOM



(© AP/WWP)

Desde os primórdios da república americana, a “bandeira seguia o comércio” quando os americanos procuravam acesso aos mercados mundiais. Em 1789, o secretário de Estado, Thomas Jefferson, pediu ao fazendeiro Charles Drayton da Carolina do Sul que fosse ao Vietnã em busca de oportunidades comerciais

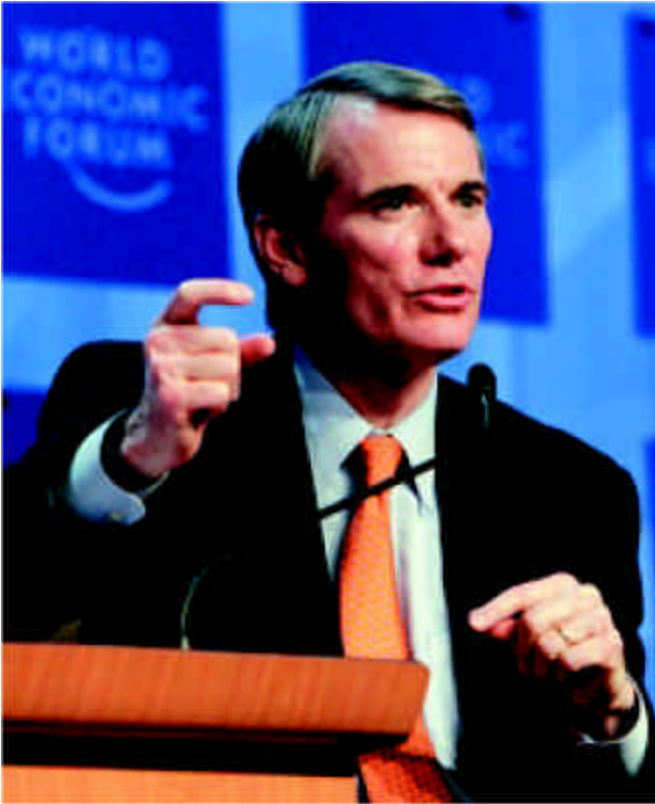
"Ao emergir como líder mundial no século 20, os Estados Unidos, embora certamente continuassem a buscar seus próprios interesses econômicos no exterior, recorreram às suas raízes iluministas e promoveram ideais de liberdade, democracia e abertura de mercado, acreditando que o 'livre comércio entre nações livres' resultaria em melhoria das condições humanas no mundo todo."

Maarten L. Pereboom é professor de História e presidente do Departamento de História da Universidade de Salisbury, em Maryland. É especialista em História das Relações Exteriores dos EUA, Segunda Guerra Mundial, Holocausto e Guerra Fria.

De todas as forças que moldaram as relações exteriores dos EUA desde a independência, a busca por oportunidades econômicas é provavelmente a mais importante. A história tende a se concentrar em eventos militares surpreendentes, bem como nas políticas e na diplomacia que os cerca, mas desde os primórdios da república americana a “bandeira seguia o comércio”, quando os americanos procuravam acesso aos mercados mundiais.

"Ao surgir como líder mundial no século 20, os Estados Unidos, embora certamente continuassem a buscar seus próprios interesses econômicos no exterior, recorreram às suas raízes iluministas e promoveram os ideais de liberdade, democracia e abertura de mercados, acreditando que o 'livre comércio entre nações livres' resultaria em melhoria das condições humanas no mundo todo."

Os Estados Unidos ajudaram a salvar o mundo da visão racista do nazismo alemão e do desastre do comunismo soviético, mas as complexas incumbências da liderança mundial também desafiaram o papel da economia como fator primordial para moldar a política externa do país.



(Retrato de Jefferson, Peale)

Representante de Comércio dos EUA, Robert Portman, discursando no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, em 28 de janeiro de 2006, durante conversações cruciais sobre liberalização do comércio

O historiador Bradford Perkins descreveu a luta dos Estados Unidos pela independência como o desejo de restabelecer a liberdade, tanto política quanto econômica, desfrutada pelos britânicos na América do Norte durante a "negligência benigna" do regime imperial anterior a 1750. A guerra entre a França e a Índia (1756-1763), embora tenha eliminado o poder francês na América do Norte, também levou o Parlamento Britânico a recorrer às colônias em busca de ajuda para pagar as dívidas. A tributação definida por um Parlamento em que as colônias não tinham representação provocou a Guerra da Independência, durante a qual os americanos ficaram atentos aos seus interesses econômicos no mundo todo.

CRENÇA NO LIVRE COMÉRCIO

Em 1776 — quando as colônias rebeladas precisaram de um aliado político e militar contra a Grã-Bretanha — o Modelo de Tratado de John Adams propôs relações estritamente comerciais com a França. Nessas relações, a nacionalidade dos negociadores não seria levada em conta, e o direito de livre comércio de cada país seria totalmente respeitado, mesmo que um dos parceiros desejasse manter relações comerciais com um país em conflito com a outra parte. Embora o tratado nunca tenha entrado em vigor, sacramentou a crença inspirada no iluminismo de que o livre

comércio entre nações livres criaria um mundo pacífico e próspero.

Como nação independente, os Estados Unidos buscaram oportunidades econômicas em um mundo ainda dominado por acirradas rivalidades imperialistas entre os países da Europa. A oferta de Napoleão de vender o imenso território da Louisiana por US\$ 15 milhões para financiar as guerras da França foi um extraordinário golpe de sorte. Mas, poucos anos depois, os Estados Unidos tentaram exercer influência no conflito travado entre a Grã-Bretanha e a França, usando a Lei de Embargo para privar as potências em conflito dos benefícios do comércio com os EUA, mas, ao mesmo tempo, essa medida privou os próprios americanos desses benefícios. Esse fato continua a ser um dos maiores equívocos na história das relações exteriores da nação, além de ter contribuído para o surgimento da pouco conclusiva Guerra de 1812, que terminou com um impasse em 1815.

Os Estados Unidos adotaram uma postura mais confiante no mundo dos anos 1820, uma vez que a Europa, depois de Napoleão, entrou em período de relativa paz, e grande parte das Américas do Sul e Central se tornou independente. Em 1823, com a Doutrina Monroe, os Estados Unidos declararam o Hemisfério Ocidental fechado à colonização europeia.

Entretanto, os europeus continuaram a investir nas Américas, e os recursos das Américas Central e do Sul também exerciam forte atração nos Estados Unidos. À medida que as empresas americanas desenvolviam empreendimentos em mineração e agricultura, a política externa dos EUA e suas forças armadas ajudavam a garantir que os governos locais permanecessem favoráveis à sua presença econômica.

Enquanto isso, a república se expandia extraordinariamente à medida que os americanos se deslocavam para o oeste alimentados por sonhos de oportunidades econômicas e ideais do "destino manifesto". Para possibilitar essa expansão, o governo dos Estados Unidos deslocou indígenas, lutou contra o México e negociou com a Grã-Bretanha para estender suas fronteiras até a costa do Pacífico.

COMÉRCIO ATRAVÉS DO PACÍFICO

Contudo, o conflito sobre a escravidão limitava a expansão para o norte ou para o sul, e, quando terminou a Guerra Civil, em 1865, William Seward, secretário de Estado do presidente Abraham Lincoln, desenvolveu uma filosofia de expansão menos centrada no território e mais voltada para o comércio. Do outro lado do Oceano Pacífico havia um grande mercado potencial na Ásia. Embora o Alasca, comprado da Rússia em 1867, tenha se tornado conhecido como a "loucura de Seward", sua aquisição foi parte de um esforço estratégico astuto para estabelecer linhas de comércio seguras com o Extremo Oriente. Potências imperialistas, da Grã-Bretanha ao Japão, observavam a expansão colonial chinesa quase na virada do século, mas os Estados Unidos, na esperança de evitar uma disputa pela



Presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz (à direita) cumprimenta a ministra de Energia de Uganda, Syda Bbumba, depois de ela ter proferido seu discurso principal na sessão de abertura da Semana da Energia 2006, na sede do Banco Mundial, em 6 de março de 2006, em Washington

China semelhante à "luta pela África" nos anos 1880, promoveu a política de Portas Abertas para manter acesso a esse imenso mercado potencial. A política de Portas Abertas consiste na manutenção de direitos comerciais e industriais iguais para os produtos de todos os países.

Não obstante a política externa continuasse a promover acesso aos mercados mundiais, boa parte do extraordinário crescimento econômico dos Estados Unidos depois da Guerra Civil ocorreu dentro de suas fronteiras. Homens como John D. Rockefeller e Andrew Carnegie acumularam imensas fortunas com o petróleo e o aço e presidiram monopólios ou semimonopólios com a consolidação e expansão dessas indústrias. A corporação, uma inovação americana, possibilitou que as empresas assumissem proporções gigantescas e preparou o terreno para a globalização do poder econômico dos Estados Unidos no século 20.

Em 1914, por ocasião da deflagração da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos eram uma superpotência econômica, respondendo por quase um terço dos produtos mundiais em comparação com 15% dos alemães e 14% dos britânicos, segundo o historiador Paul Kennedy. Uma vez que as potências centrais, Alemanha e Áustria, marcharam para a guerra contra as Potências Aliadas, Inglaterra, França e Rússia pelo Oceano Atlântico, os Estados Unidos anunciaram uma política de neutralidade "em pensamento e ação". A decisão de neutralidade refletia o modelo de tratado de Adams: livre comércio não afetado por circunstâncias políticas. O comércio com a Alemanha reduziu-se a quase nada por causa do bloqueio britânico, o que não foi contestado pelos Estados Unidos, pois o florescente comércio com as Potências Aliadas compensava as perdas com o comércio alemão. Em 1916, o apoio econômico dos Estados Unidos às Potências Aliadas com fornecimento de bens industriais e serviços financeiros ameaçou a Alemanha com

uma derrota no fronte ocidental não obstante sua vitória contra a Rússia no Leste. Desafiando a decisão de neutralidade dos Estados Unidos, a Alemanha direcionou seus submarinos contra os navios americanos. Em abril de 1917, os Estados Unidos se uniram às Potências Aliadas para derrotar a Alemanha no ano seguinte.

IMPÉRIO SEM LÁGRIMAS

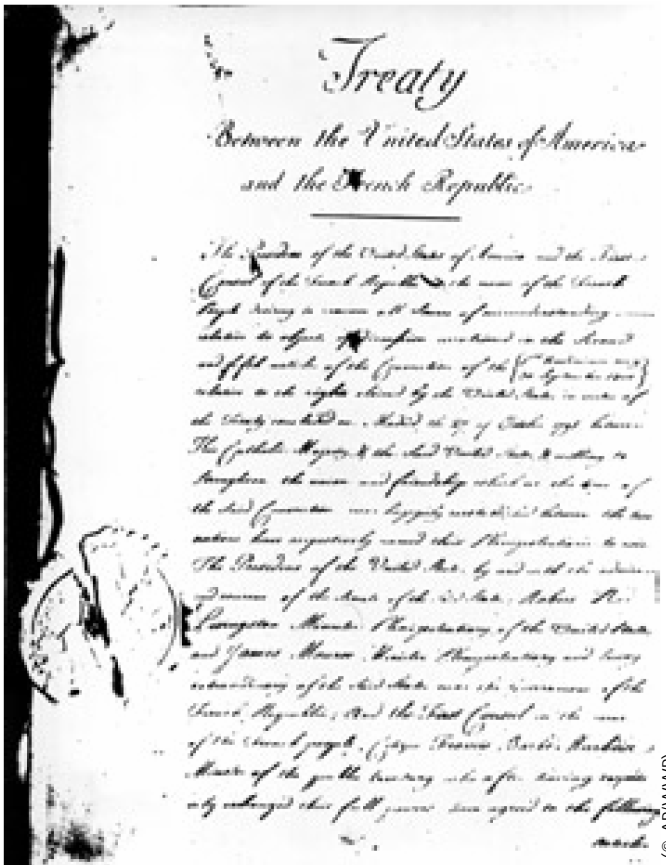
A Primeira Guerra Mundial devastou a Europa, e Nova York substituiu Londres como capital financeira do mundo. A economia americana prosperou enquanto seus rivais transatlânticos guerreavam. A visão do presidente Woodrow Wilson de um mundo pacífico, democrático e de comércio livre desafiou a velha ordem de concorrência entre impérios europeus. Entretanto, fracassou em meio às políticas do mundo pós-guerra, tanto

nos Estados Unidos como no exterior. O historiador Warren Cohen argumentou que, no período entre as guerras mundiais, os Estados Unidos optaram por uma política externa de "império sem lágrimas": domínio dos mercados mundiais com um mínimo absoluto de envolvimento militar e político. Nos anos 1930, políticos isolacionistas consideraram a intervenção na guerra um equívoco provocado por fabricantes de armas ávidos por lucros comerciais dos tempos de guerra, e o Congresso americano aprovou várias leis de neutralidade para garantir que o comércio não levasse o país novamente à guerra.

O "império sem lágrimas" lembrou os dias despreocupados de prosperidade colonial sob o olhar pouco vigilante da Grã-Bretanha. Mas a negligência benigna não funcionaria num mundo em que extremistas militantes da Alemanha e do Japão pretendiam dominar. No final do século 18, o presidente George Washington alertou a nova república para se manter afastada dos impérios europeus em conflito, mas agora os Estados Unidos tinham o poder, enraizado na força econômica, para assegurar que impérios pretensiosos não desafiassem seus interesses globais. Apesar do isolacionismo prolongado do país, o presidente Franklin Roosevelt, ainda em janeiro de 1939, anunciou o maior orçamento de defesa em tempos de paz. Em março de 1941, meses antes do ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos empenharam seu poder econômico para destruir as potências do Eixo com a Lei de Empréstimo e Arrendamento. No início do segundo semestre, submarinos alemães mais uma vez desafiavam os interesses dos Estados Unidos em uma guerra não declarada no Atlântico.

SURGIMENTO DAS SUPERPOTÊNCIAS

Em 1945, a estranha aliança entre os Estados Unidos, o Império Britânico e a União Soviética derrotou as potências



As negociações entre os Estados Unidos e a república francesa para a compra do território da Louisiana foram concluídas em 30 de abril de 1803, durante a presidência de Thomas Jefferson

do Eixo. Os soviéticos dispunham dos recursos humanos e da determinação necessária para rechaçar a maior invasão em massa da história e aniquilar as forças armadas alemãs. Os Estados Unidos mobilizaram com sucesso seus poderosos recursos humanos e econômicos para vencer a maior guerra da história em dois continentes diferentes: com o declínio da Europa, esses países se tornaram as duas superpotências mundiais. No entanto, as superpotências também representavam sistemas políticos e econômicos opostos, e o desenvolvimento de armas nucleares altamente destrutivas em ambos os lados culminou na Guerra Fria, uma luta apocalíptica com dimensões de tudo ou nada.

A ameaça soviética assegurou que os Estados Unidos não abrissem mão de um papel político e militar de âmbito mundial. A economia continuou fundamental: entre 1948 e 1951, em uma das grandes iniciativas na história das relações exteriores americanas, o país destinou US\$ 12 bilhões em ajuda às economias da Europa por meio do Plano Marshall. Os Estados Unidos socorreram países em situação de necessidade extrema e os ajudaram a combater o comunismo; entretanto, o fantástico crescimento econômico verificado na Europa Ocidental impulsionou o comércio mundial fazendo também desse ato de generosidade um investimento altamente sagaz. Como guardiões do mercado global, os Estados Unidos quase sempre promoveram

políticas de livre comércio para respaldar esse mercado, embora os americanos e seu governo não estivessem totalmente imunes às atrações do protecionismo. Porém, de modo geral, as políticas da Guerra Fria assumiram vida própria: ainda que tivesse por objetivo a preservação de um sistema econômico global, o conflito gerou a presença militar dos EUA no mundo todo e também o que o presidente Eisenhower chamou de um complexo exército industrial para apoiá-la. A política de controle definiu, por exemplo, o caso do Vietnã como algo com efeito dominó, porque se o país caísse no comunismo iniciaria uma reação em cadeia no Sudeste Asiático. Com grande custo econômico e humano, os Estados Unidos procuraram em vão construir um Estado vietnamita não-comunista.

Os desafios da Guerra Fria também exerceram grande pressão econômica sobre a União Soviética e seus aliados, e, ao final, o sistema comunista não foi capaz de gerar a riqueza necessária para manter a competitividade, deixando de assegurar ao seu povo os direitos humanos básicos, um ambiente seguro ou um padrão de vida razoável. Com o colapso do comunismo no final dos anos 1980, os Estados Unidos emergiram como superpotência única, e o sistema capitalista, mais regulado do que nos tempos dos barões ladrões, mas ainda com falhas e vítimas, prevaleceu. O final desse conflito não produziu o “fim da história”, como sugeriu o analista estratégico Francis Fukuyama, mas um mundo contemporâneo cujas complexidades desregradas mais uma vez desafiam os americanos a definir suas políticas nacionais e interesses econômicos num contexto global e a estudar o passado para lidar racionalmente com o presente e adquirir visão para o futuro. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

DEPOIS DA GUERRA FRIA

WALTER LAQUEUR



(© AP/WIDEWORLD)

O ex-presidente americano Ronald Reagan (à esquerda) e o ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev exibem seus chapéus de caubói em momento de descontração, em 2 de maio de 1992, no Rancho Del Cielo, de Reagan, propriedade de 688 acres nas montanhas, 48 km ao norte de Santa Bárbara, Califórnia

"A história mostra que o terrorismo funciona apenas em sociedades livres ou relativamente livres. Não havia terrorismo na Alemanha nazista nem na Rússia de Stalin; nem existia (ou existe) mesmo em ditaduras mais brandas. Mas isso significa que, em certas circunstâncias, se o terrorismo passou a ocupar espaço demais e se tornou mais que um estorvo, é preciso pagar um preço elevado em termos de liberdade e direitos humanos para sua eliminação."

Walter Laqueur é co-presidente do Conselho de Pesquisas Internacionais do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, um centro de pesquisas públicas com sede em Washington. Foi professor das Universidades Brandeis e de Georgetown, bem como professor visitante das Universidades de Harvard, de Chicago, de Tel Aviv e Johns Hopkins.

Quando a Guerra Fria chegou ao fim, em 1989, com a derrocada do Muro de Berlim, quando os países da Leste Europeu reconquistaram sua independência e quando finalmente a União Soviética se desintegrou, o mundo inteiro se uniu no sentimento comum de que por fim a paz universal tinha descido à Terra. Não havia mais o temor de guerra com armas de destruição em massa. Um importante cientista político escreveu um livro intitulado *O Fim da História*. Obviamente, embora isso não significasse que a história tinha acabado, ele queria dizer que não havia mais conflitos graves e decisivos e que agora havia consenso em torno de determinados princípios básicos.

Foi um belo momento, mas a euforia durou pouco. Os céticos (incluindo este escritor) temiam que ainda restassem muitos conflitos no mundo, os quais haviam sido, porém, ofuscados ou reprimidos pela Guerra Fria. Em outras palavras, enquanto o confronto entre os dois lados continuasse, todos os outros, aparentemente menos importantes na época, passariam despercebidos. Pelo contrário, mesmo que de modo perverso, a Guerra Fria havia conseguido preservar alguma ordem no mundo e se constituído em fator de estabilização.

Também era verdade que havia certo exagero sobre os perigos de mais uma terrível guerra mundial. É que havia o



(© AP/WIDEWORLD)

O presidente George Bush (à esquerda) cumprimenta Lyudmila Putin e o presidente russo, Vladimir Putin, (no centro), na chegada destes ao rancho de Bush em Crawford, Texas, em 14 de novembro de 2001. Ao chegar, Lyudmila Putin entrega uma flor a Laura Bush

equilíbrio do terror, pautado pela dissuasão mútua, exatamente por existir um grande arsenal de armas devastadoras. Como ambos os lados do conflito agiam de forma racional, por terem consciência das conseqüências de uma guerra desse tipo, a paz foi preservada.

Será que essa dissuasão mútua seria capaz de sobreviver ao fim da Guerra Fria? Ou a nova era seria marcada por uma grande desordem? A Guerra Fria não havia acabado com a proliferação de armas nucleares e de outros meios de destruição em massa, embora com certeza tenha contribuído para a desaceleração do processo. Hoje já não é mais assim; não existe apenas o risco de mais alguns outros países obterem essas armas.

A ameaça real e concreta é que a aquisição dessas armas por uns poucos provocará uma corrida generalizada em busca delas, porque seus vizinhos se sentirão expostos e ameaçados. Além disso, será que os novos donos de armas de destruição em massa serão tão racionais como os dois lados da Guerra Fria? Ou será que eles, movidos pelo fanatismo religioso, nacionalista ou ideológico, esquecerão o risco suicida que correrão se usarem as armas? Ou será que terão a ilusão de poder usar essas armas contra seus inimigos com impunidade e, ainda assim, apagar todos os seus vestígios em uma guerra por procuração?

BUSCA POR LIDERANÇA

Estas são perguntas preocupantes, surgidas nos últimos anos e cada vez mais prementes. Não há árbitro ou autoridade máxima para a resolução de conflitos. As Nações Unidas deveriam ter preenchido essa função. Mas não

conseguiram fazer isso, como aconteceu com a Liga das Nações entre as duas guerras mundiais. As Nações Unidas são compostas de quase 200 Estados-membros, grandes e pequenos, democráticos e autoritários, com todos os tipos de gradações intermediárias. Alguns respeitam os direitos humanos; outros, não. São países com interesses conflitantes; falta-lhes poderio militar para intervir em uma emergência. Podem às vezes ajudar nas negociações para obter um acordo, mas são impotentes se as vias diplomáticas não funcionarem.

Quando a Guerra Fria terminou, os Estados Unidos emergiram como a única superpotência, e isso acarretou grandes responsabilidades no que dizia respeito à paz mundial. Nenhum outro país estava em posição semelhante para enfrentar os riscos à paz mundial — não apenas à sua própria segurança. Mas até mesmo uma superpotência não é onipotente; há limites à sua capacidade de cumprir suas obrigações internacionais. Ela não pode nem deve caminhar sozinha, mas sim atuar como líder nas ações internacionais por persuasão e também por pressão, se necessário.

No entanto, as superpotências nunca são populares. Esse tem sido o caso desde os dias do

Império Romano e de todos os outros impérios, antes e depois. Elas são vistas com suspeita por nações mais fracas, não apenas pelos vizinhos. Esse é um dilema para o qual não há saída. Por mais sensato e honesto que seja seu comportamento, sempre existe o temor de que sua disposição e modo de agir possam mudar de repente. Existe a tendência de nações menores se unirem contra o líder. Por mais que a superpotência possa tentar, não existe panacéia para a popularidade — a não ser por meio da renúncia. Uma vez perdido o status de muito poderosa, suas chances de ganhar popularidade aumentam muito. Mas são poucas as superpotências que escolheram esse caminho ao longo da história.

Com o fim da Guerra Fria, verificou-se a ascensão de novos centros de poder, como a China e a Índia. Essas duas nações conseguiram progressos econômicos espetaculares, considerados quase impensáveis há uma década. Mas até agora esses países não mostraram intenção de desempenhar papel proporcional à sua importância econômica na política mundial. São grandes forças regionais que sem dúvida se revelarão plenamente no devido tempo. Isso, no entanto, pode estar ainda muito distante e, enquanto isso, não se mostraram inclinadas a assumir responsabilidades na manutenção da ordem mundial.

Por algum tempo, depois do fim da Guerra Fria, parecia que a Europa poderia desempenhar esse papel ao lado dos Estados Unidos, embora nem sempre em plena sintonia. Conforme chegaram a afirmar alguns observadores do cenário político, o século 21 seria o século da Europa, principalmente porque seu modelo era tão cheio de atrativos

que poderia ser copiado pelo resto do mundo. Essa era a idéia da Europa como superpotência civil e moral.

Nos últimos tempos, essas vozes otimistas têm sido poucas e esparsas. É bem verdade que a Europa teve muito a oferecer ao resto da humanidade, e o movimento rumo à unidade europeia depois de 1948 tem sido uma grande história de sucesso. Porém, o movimento perdeu interesse quando o Mercado Comum se tornou realidade, e até mesmo a economia funcionou menos bem do que havia sido esperado; não houve crescimento suficiente para financiar o Estado do bem-estar social, o orgulho do continente. Muitos dos novos membros haviam se juntado à União Europeia, mas não havia uma política externa europeia propriamente dita, muito menos uma força militar.

Ao longo de muitos anos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) havia dado proteção à Europa e continua a fazê-lo. Algumas vozes chegaram a sustentar que a Otan havia perdido sua *raison d'être* pelo menos em parte, simplesmente porque, para começar, não existia mais a ameaça responsável pela formação da aliança. Mas, se as velhas ameaças haviam desaparecido, novas ameaças as haviam substituído.

Os que duvidavam da Otan teriam sido mais bem-sucedidos se tivessem estabelecido sua própria organização de defesa, o que não aconteceu. Tudo isso, combinado com a fragilidade demográfica da Europa — o encolhimento e o envelhecimento do continente — eram sinais de fraqueza. Suas iniciativas diplomáticas independentes, como as no Oriente Médio, não foram bem-sucedidas, e quando uma sangrenta guerra civil bateu à sua porta, nos Bálcãs, ela se mostrou incapaz de tratar do assunto sem ajuda externa. A era de uma superpotência moral, por mais desejável que fosse como um ideal, obviamente ainda não havia chegado.

Poucos sustentariam que chegou a hora de abolir a polícia e outras forças de segurança no nível interno. Porém, muitos agiram como se nenhuma força de manutenção da ordem fosse necessária no nível internacional, numa época em que os perigos como armas de destruição em massa são mais ameaçadores que nunca, pois os danos e desastres causados por elas podem ser infinitamente maiores que em qualquer época passada.

TENSÕES E TERRORISMO

Poucos têm se oferecido para atuar como polícia do mundo — uma tarefa reconhecidamente sem atrativos, sem remuneração e que desperta pouca gratidão. Será, talvez, desnecessário? Será que a ordem internacional talvez possa dar um jeito de cuidar de si mesma?

É possível, mas ao rastrear o cenário mundial não há muitos motivos para otimismo exagerado. A Rússia ainda não aceitou sua nova posição no mundo; é natural que ainda persistam ressentimentos devido à perda do império. A tendência de tornar responsável todo tipo de fatores externos é forte, e alguns sonham com a recuperação do poder e da glória do antigo regime.

Há a África, com seus milhões de vítimas de terríveis guerras civis, que a comunidade internacional não conseguiu impedir.

Acima de tudo, existe o Oriente Médio, com suas muitas tensões e terrorismo, nacional e internacional. O terrorismo não é fenômeno novo nos anais da humanidade; é tão velho quanto Matusalém. Tem assumido diversas formas e aparências, como o nacionalismo separatista, inspirado pela extrema esquerda e pela direita radical. Mas o terrorismo contemporâneo, impulsionado pelo fanatismo religioso e nacionalista, operando em Estados falidos, e algumas vezes instigado, financiado e manipulado pelos próprios governos, mostra-se mais perigoso que nunca.

Houve e continua havendo muitas concepções errôneas sobre as origens do terrorismo. Sustenta-se, com frequência, que a pobreza e a opressão são as causas principais. Uma vez removidas a pobreza e a opressão, o terrorismo desaparecerá. No entanto, o terrorismo não surge nos países mais pobres, e raramente os conflitos étnicos são resolvidos com facilidade; e se dois grupos reivindicarem o mesmo território e não quiserem transigir?

O perigo real não está, é claro, na vitória do terrorismo. A história mostra que tal fenômeno só funciona em sociedades livres ou relativamente livres. Não havia terrorismo na Alemanha nazista nem na Rússia de Stalin; nem existia (ou existe) até mesmo em ditaduras mais brandas. Mas isso significa que, em certas circunstâncias, se o terrorismo passou a ocupar espaço demais e se tornou mais que um estorvo, *é preciso pagar um preço elevado em termos de liberdade e direitos humanos para sua eliminação*. Naturalmente, as sociedades livres relutam em pagar tal preço. Esse é um dos grandes dilemas da nossa época, e até agora ninguém encontrou uma solução indolor. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

BIBLIOGRAFIA

Leituras adicionais sobre Eventos Significativos das Relações Exteriores dos EUA

Brune, Lester H. *Chronological History of U.S. Foreign Relations* [História Cronológica das Relações Exteriores dos EUA]. 3 vols. Nova York, NY: Routledge, 2002.
<http://www.routledge-ny.com/ref/usforelations/>

Cameron, Fraser. *U.S. Foreign Policy after the Cold War* [A Política Externa dos EUA depois da Guerra Fria]. Nova York, NY: Routledge, 2002.
<http://www.history.net.org/reviews/showrev.cgi?path=96411086838116>

Chang, Laurence e Peter Kornbluh, orgs. *The Cuban Missile Crisis, 1962: A National Security Archive Documents Reader* [A Crise dos Mísseis Cubanos, 1962: Um Leitor dos Documentos do Arquivo de Segurança Nacional]. Nova York, NY: W. W. Norton & Company, Inc., 1999.
http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/publications/DOC_readers/cmcread/cmcread.html

CNN Interactive. *A CNN Perspectives Series: Cold War Experience: Episode 1: Comrades 1917-1945 through Episode 24: Conclusion 1989-1991* [Série Perspectivas da CNN — A Experiência da Guerra Fria: Do Episódio 1: Camaradas 1917-1945 ao Episódio 24: Conclusão 1989-1991]. Atlanta, GA: CNN.
http://www.besthistorysites.net/20thCentury_ColdWar.shtml

Cohen, Warren I. *The Cambridge History of American Foreign Relations: Vol. 4, America in the Age of Soviet Power, 1945-1991* [A História das Relações Exteriores Americanas da Cambridge: Vol. 4, Os Estados Unidos na Era do Poder Soviético, 1945-1991]. Nova York, NY: Cambridge University Press, 1993.
<http://www.cambridge.org/catalogue/catalogue.asp?isbn=0521381932>

Congresso dos EUA. Comissão de Relações Exteriores do Senado e Departamento de Estado dos EUA. *Decade of American Foreign Policy: Basic Documents, 1941-49* [Uma Década da Política Externa Americana: Documentos Básicos, 1941-1949]. Washington, DC: Escritório de Imprensa do Governo, 1950.
<http://www.yale.edu/lawweb/avalon/decade/decade.htm>

Dallek, Robert. *The American Style of Foreign Policy: Cultural Politics and Foreign Affairs* [O Estilo Americano de Política Externa: Políticas Culturais e Relações Exteriores]. Nova York, NY: Cambridge University Press, 1990.

DeConde, Alexander, Richard Dean Burns e Frederick Logevall, orgs. *Encyclopedia of American Foreign Policy* [Enciclopédia da Política Externa Americana], 2ª ed., 3 vols.

Nova York, NY: Scribner & Sons, 2001.
<http://www.gale.com/pdf/facts/EncAmFP.pdf>

Departamento de Estado dos EUA, Programas Internacionais de Informação. *The Marshall Plan: Investment in Peace: 50th Anniversary* [O Plano Marshall — Investimento na Paz: 50º Aniversário]. Washington, DC: Programas de Informações Internacionais, Departamento de Estado.
<http://usinfo.state.gov/usa/infousa/facts/marshall/pam-toc.htm>

Departamento de Estado dos EUA. *Foreign Relations of the United States: Original Documents on U.S. Foreign Policy* [Relações Exteriores dos Estados Unidos: Documentos Originais sobre a Política Externa Americana]. Washington, DC: Escritório do Historiador, Departamento de Estado.
<http://www.state.gov/r/pa/ho/frus/>

Departamento de Estado dos EUA. *Timeline of U.S. Diplomatic History* [Cronologia da História Diplomática dos EUA]. Washington, DC: Escritório do Historiador, Departamento de Estado.
<http://www.state.gov/r/pa/ho/time/>

Dobson, Alan. *U.S. Foreign Policy Since 1945* [A Política Externa dos EUA desde 1945]. Nova York, NY: Routledge, 2000.

Documents Relating to American Foreign Policy: Documents Related to the Cold War [Documentos Relacionados com a Política Externa Americana: Documentos Relacionados com a Guerra Fria]. South Hadley, MA: Mount Holyoke College.
<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/coldwar.htm>

Giangureco, D. M. e Robert E. Griffin. *Airbridge to Berlin: The Berlin Crisis of 1948, Its Origins and Aftermath* [Ponte Aérea para Berlim: A Crise de Berlim de 1948, Suas Origens e Conseqüências]. Novato, CA: Presidio Press, 1988.
http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/berlin airlift/large/docs.php

Hogan, Michael J. e Thomas G. Paterson, orgs. *Explaining the History of American Foreign Relations* [Para Explicar a História das Relações Exteriores Americanas], 2ª ed. Nova York, NY: Cambridge University Press, 2004.
<http://www.cambridge.org/catalogue/catalogue.asp?isbn=0521540356>

Hook, Steven W. e John Spanier. *American Foreign Policy Since World War II* [A Política Externa Americana desde a Segunda Guerra Mundial], 16ª ed. Washington, DC: CQ Press, 2003.

<http://www.cqpress.com/product/American-Foreign-Policy-Since-World-War-2.html>

Ikenberry, G. John. "Why Export Democracy?: The 'Hidden Grand Strategy' of American Foreign Policy" [Por Que Exportar Democracia?: A 'Grande Estratégia Secreta' da Política Externa Americana]. *The Wilson Quarterly*, vol. 23, nº 2 (segundo trimestre de 1999): pp. 56-65.

<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/exdem.htm>

Jeffreys-Jones, Rhodri. *Changing Differences: Women and the Shaping of American Foreign Policy, 1917-1994* [Diferenças Transformadoras: As Mulheres e a Formação da Política Externa Americana, 1917-1994]. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1995.

http://165.230.98.36/acatalog/_Changing_Differences_655.html

Jentelson, Bruce W., Thomas G. Patterson e Nicholas E. Rizopoulos. *Encyclopedia of U.S. Foreign Relations* [Enciclopédia das Relações Exteriores dos EUA]. Nova York, NY: Oxford University Press, 1997.

Jervis, Robert. *American Foreign Policy in a New Era* [A Política Externa Americana em uma Nova Era]. Nova York, NY: Routledge, 2005.

Kort, Michael. *The Columbia Guide to the Cold War* [Guia da Colúmbia sobre a Guerra Fria]. Nova York, NY: Columbia University Press, 2001.

Lake, David A. *Entangling Relations: American Foreign Policy in Its Century* [Estabelecendo Relações: A Política Externa Americana em Seu Século]. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

McCullough, David. *Path Between the Seas: The Creation of the Panama Canal, 1870-1914* [Caminho Entre os Mares: A Criação do Canal do Panamá, 1870-1914]. Nova York, NY: Simon & Schuster, 1978.

McEvoy-Levy, Siobhan. *American Exceptionalism and U.S. Foreign Policy: Public Diplomacy at the End of the Cold War* [A Excepcionalidade Americana e a Política Externa dos EUA: Diplomacia Pública no Final da Guerra Fria]. Nova York, NY: Palgrave Macmillan, 2001.

Mead, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and How It Changed the World* [Providência Especial: A Política Externa Americana e Como Ela Mudou o Mundo]. Nova York, NY: Random House, 2001.

Pickett, William B. "The Historiography of American Foreign Policy" [A Historiografia da Política Externa Americana]. *Organization of American Historians Magazine of History*, vol. 7, nº 2 (quarto trimestre de 1992): pp. 13-15.
<http://www.oah.org/pubs/magazine/foreignpolicy/pickett.html>

Schulzinger, Robert D. *U.S. Diplomacy Since 1900* [A Diplomacia dos EUA desde 1900], 5ª ed. Nova York, NY: Oxford University Press, 2001.

Serviço Público de Radiodifusão. *American Experience: Theodore Roosevelt's Legacy: The Panama Canal* [Experiência Americana — O Legado de Theodore Roosevelt: O Canal do Panamá]. Arlington, VA: Serviço Público de Radiodifusão.
<http://www.pbs.org/wgbh/amex/tr/panama.html>

Tarnoff, Curt e Larry Nowels. *Foreign Aid: An Introductory Overview of U.S. Programs and Policy* [Ajuda Externa: Uma Visão Geral Introdutória dos Programas e das Políticas dos EUA]. Washington, DC: Serviço de Pesquisa do Congresso, Biblioteca do Congresso, 19 de janeiro de 2005.

<http://www.usembassy.it/pdf/other/98-916.pdf>

The Cold War International History Project: Cold War Files: An Online Classroom Resource for High Schools [Projeto História da Guerra Fria Internacional — Arquivos da Guerra Fria: Recurso de Sala de Aula On-line para Escolas de Ensino Médio]. Washington, DC: Centro Internacional Woodrow Wilson para Acadêmicos.

http://www.wilsoncenter.org/index.cfm?topic_id=1409&fuseaction=topics.item&news_id=152941

The Origins of the Cold War: U.S. Choices after World War II [As Origens da Guerra Fria: As Opções dos EUA Após a Segunda Guerra Mundial], 4ª ed. Providence, RI: Programa Educacional Choices, 2004.

http://www.choices.edu/curriculum_unit.cfm?id=12

The U.S. Role in a Changing World [O Papel dos EUA em um Mundo em Transformação], 2ª ed. Providence, RI: Programa Educacional Choices, 2005.

<http://www.choices.edu/usrole.cfm>

Universidade de Houston. *Digital History: Great Events of the Cold War Time Span: 1945-1991* [História Digital: Eventos Importantes do Período da Guerra Fria: 1945-1991]. Houston, TX: Universidade de Houston.

http://www.digitalhistory.uh.edu/f_policy/f_policy2.cfm

Universidade Walden. *Education World: U.S. History: 20th Century: The Cold War* [Mundo da Educação — História dos EUA — O Século 20: A Guerra Fria]. Minneapolis, MN: Universidade Walden.

http://db.educationworld.com/perl/browse?cat_id=2724

Varble, Derek. *The Suez Crisis 1956 (Essential Histories)* [A Crise de Suez 1956 (Histórias Essenciais)]. Nova York, NY: Osprey, 2003.

http://www.ospreypublishing.com/title_detail.php/title=S4183~ser=ESS

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outros órgãos e organizações relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em abril de 2006.

RECURSOS NA INTERNET

Recursos on-line sobre eventos significativos das relações exteriores dos EUA

A Ajuda a Berlim por Via Aérea: Atividade Estudantil

<http://www.trumanlibrary.org/teacher/berlin.htm>

Este site do Museu e Biblioteca Presidencial Truman oferece materiais interativos para estudo sobre o bloqueio da cidade de Berlim pela União Soviética em 1948 e 1949. Contém questões para discussão, sugestões de leitura complementar e recursos adicionais de internet.

A Experiência Americana Apresenta o Vietnã: Uma História pela Televisão

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/vietnam/>

Evento televisivo inovador quando lançado como uma série de 13 capítulos pelo PBS em 1983, *Vietnã: Uma História pela Televisão*, foi editado para 11 horas e retransmitido em 1997. Este site inclui transcrições completas da série, seleções da correspondência recebida pelo *A Experiência Americana* sobre a série *Vietnã* e uma relação de livros e links referentes à Guerra do Vietnã.

A Experiência Americana: Jimmy Carter

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/carter/>

Cobertura da política do ex-presidente Carter para o Oriente Médio, da crise dos reféns no Irã e da fase pós-presidência. Este site do Sistema Público de Radiodifusão (PBS) contém uma transcrição de filme, galeria de fotos, uma sinopse de pessoas e de eventos, bem como um guia para professores.

A Experiência Americana: O jogo de Nixon na China

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/china/>

Feito diplomático secreto que surpreendeu e transformou o mundo. Além da transcrição do filme, o material inclui uma relação cronológica de eventos, mapas e um guia para professores.

A Experiência Americana: Os Kennedys

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/kennedys/>

Resumo geral sobre a famosa família americana envolvida com a política nacional por mais de 45 anos. Inclui também uma transcrição de filme, discursos e declarações dos Kennedys, juntamente com um guia para professores e bibliografia.

A Experiência Americana: Reagan

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/reagan/>

Ator, governador e presidente — a biografia de um homem popular, mas contraditório. Este site do PBS inclui uma transcrição de filme, galeria de fotos, sinopse de pessoas e de eventos e um guia para professores.

A Experiência Americana: TR, A História de Theodore Roosevelt

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/tr/>

“TR” analisa a vida de um homem, que incorporou a confiança e a exuberância dos Estados Unidos na virada do século 20, e revela ambos os lados, o heróico e o trágico, do caráter de Roosevelt. O programa combina fotografias, jornais, filmes, gravações sonoras, diários de família e cartas para criar um retrato vívido e abrangente dessa figura de personalidade marcante.

A Experiência Americana: Truman

<http://www.pbs.org/wgbh/amex/truman/>

Ao pouco conhecido homem de Missouri, caberia a missão de dar fim a uma guerra mundial e afirmar a liderança americana em um cenário internacional recém-alinhado e hostil. O material adicional deste site sobre Harry S. Truman inclui as principais fontes, entrevistas em áudio, transcrições de programas de televisão e um guia completo e detalhado para professores.

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional: Plano Marshall

<http://www.usaid.gov/multimedia/video/marshall/>

Recurso para informações sobre o Plano Marshall e sobre como ele tornou possível a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

Arquivo de Segurança Nacional On-line

<http://nsarchive.chadwyck.com/>

Abrangente coleção de documentos de grande importância sobre decisões políticas cruciais dos EUA que deixaram de ser confidenciais.

Arquivo de Segurança Nacional: Coleção do Quadragésimo Aniversário da Crise dos Mísseis Cubanos

http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/cuba_mis_cri/

Comunicados à imprensa, documentos selecionados, fotografias, clipes de áudio e outros materiais da histórica conferência dos 40 anos em Havana estão incluídos neste site. Estão disponíveis também documentos tornados públicos, análises e uma cronologia.

Arquivos Nacionais dos EUA — Exposições: Um Povo em Guerra

http://www.archives.gov/exhibits/a_people_at_war/a_people_at_war.html

Exposição que ressalta as contribuições dos milhares de americanos, militares e civis, que serviram seu país durante a Segunda Guerra Mundial.

Arquivos Nacionais dos EUA — Nossos documentos: Doutrina Truman

<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=81>

Este site contém informações sobre a Doutrina Truman e é um dos muitos criados pela Administração Nacional de Arquivos e Registros sobre documentos de política externa dos EUA.

Arquivos Nacionais dos EUA — Nossos documentos: Plano Marshall

<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=82>

Material sobre o Plano Marshall, um dos cem documentos significativos compilados pela Administração Nacional de Arquivos e Registros sobre política externa dos EUA.

Arquivos Nacionais dos EUA: Bibliotecas Presidenciais

<http://www.archives.gov/presidential-libraries/>

Este site inclui links para as Bibliotecas Presidenciais Americanas, informações sobre documentos disponíveis, bem como possibilidades de pesquisa. As Bibliotecas Presidenciais oferecem museus repletos de artefatos presidenciais, programas educacionais e públicos interessantes e sites informativos.

Assuntos Históricos: Curso de Pesquisa sobre os EUA na Web

<http://www.historymatters.gmu.edu/>

Destinado aos professores de ensino médio e superior, este site serve como porta de entrada aos recursos de internet e oferece outros materiais úteis para o ensino da história dos EUA.

Biblioteca do Congresso — Exposições — Recuperação da Europa: O Quinquagésimo Aniversário do Plano Marshall

<http://www.loc.gov/exhibits/marshall/marsintr.html>

Em comemoração ao 50º aniversário do Plano Marshall, a Biblioteca do Congresso apresenta esta mostra sobre as origens e os efeitos do Plano. Integram a exposição fotografias e charges, da Divisão de Impressos e Fotografias, e itens dos documentos de Averell Harriman. Harriman foi representante especial do Programa de Recuperação Européia de 1948 a 1950, e sua coleção, na Divisão de Manuscritos da Biblioteca, contém fotografias, cartas, memorandos e material impresso que documentam os primórdios dessa aclamada iniciativa internacional.

Biblioteca do Congresso

<http://www.loc.gov/>

Este site exhibe os recursos da Biblioteca do Congresso, a mais antiga instituição cultural federal da nação, que serve como braço de pesquisa do Congresso. É também a maior biblioteca do mundo, com mais de 130 milhões de itens em aproximadamente 850 quilômetros de estantes. As coleções incluem mais de 29 milhões de livros e outros materiais impressos, 2,7 milhões de gravações, 12 milhões de

fotografias, 4,8 milhões de mapas e 58 milhões de manuscritos.

Canal Discovery — A Crise dos Mísseis Cubanos: Plano de Aula sobre História Contemporânea

<http://school.discovery.com/lessonplans/programs/cubammissile/>

Recurso criado para ajudar estudantes a entender como a Guerra Fria chegou ao fim sob a vigilância de Reagan e Gorbachev e para estudar os cientistas e os políticos que contribuíram para as políticas nacionais sobre armas.

Canal Discovery: O Papel da Otan

<http://school.discovery.com/lessonplans/programs/nato/>

Estudantes podem usar este site para entender a atmosfera política na Europa após a Segunda Guerra Mundial e a estratégia de política externa americana de controle, bem como pesquisar eventos decisivos que ocorreram antes da formação da Otan. Os estudantes podem também identificar em um mapa os países que formaram o Pacto de Varsóvia e a aliança da Otan em 1955.

Canal Discovery: Plano de Aula sobre a Guerra Fria e Depois Dela

<http://school.discovery.com/lessonplans/programs/reaganlegacy-starwars/>

Este site é para os estudantes analisarem fatos sobre a Guerra Fria, bem como pesquisarem e escreverem artigos jornalísticos sobre a Crise dos Mísseis Cubanos.

Conselho de Relações Exteriores: Módulos Acadêmicos

<http://www.cfr.org/educators/modules.html>

Fonte apartidária de informação e análise que inclui um texto básico, notas sobre ensino, artigos sobre *Relações Exteriores* e ferramentas multimídia de ensino.

Crise de Suez: Bibliografia Selecionada

<http://www.eisenhower.archives.gov/suez.htm>

Este site fornece acesso a dez títulos de livros sobre a Crise do Canal de Suez de 1956, conforme mencionado pela equipe da Biblioteca Presidencial Dwight D. Eisenhower.

Cronologia dos Documentos Históricos dos EUA

<http://www.law.ou.edu/hist/>

Lista de documentos políticos e diplomáticos cobrindo a história dos Estados Unidos desde os tempos coloniais até o século 21.

Departamento de Estado dos EUA — Escritório de Relações Públicas: Escritório do Historiador

<http://www.state.gov/r/pa/ho/>

Inclui acesso às séries da publicação *Relações Exteriores dos Estados Unidos* do Escritório do Historiador, o registro do documentário histórico oficial de decisões da política externa americana.

Departamento de Estado dos EUA para a Juventude — Pais e Educadores — Planos de Aula: A Crise dos Mísseis Cubanos

<http://future.state.gov/educators/lessons/cuba/>

Pais e professores podem acessar os planos de aula relativos à Crise dos Mísseis Cubanos de 1962.

Departamento de Estado dos EUA para a Juventude: As Relações Exteriores e os EUA

<http://future.state.gov/when/foreign/>

Pais e professores podem acessar planos de aula e atividades de ensino sobre o registro oficial das principais decisões da política externa dos EUA.

Fundação George C. Marshall: Informações Biográficas

http://www.marshallfoundation.org/marshall_biographical_information.html

Este site contém depoimentos ao Congresso, entrevistas e citações de um dos primeiros estimuladores do Plano Marshall para ajudar os países após a Segunda Guerra Mundial. Além do material biográfico sobre o general Marshall, o site contém informações sobre o Plano Marshall propriamente dito.

Imagens da História Política Americana

http://teachpol.tcnj.edu/amer_pol_hist/

Uma coleção de mais de 500 imagens de domínio público da história política americana.

Museu e Biblioteca Presidencial Truman: Ajuda a Berlim por Via Aérea

http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/berlin airlift/large/docs.php

Histórias orais, documentos e planos de aula sobre a Ajuda a Berlim por Via Aérea de 1948 a 1951, conforme documentado pela equipe do Museu e Biblioteca Presidencial Truman.

Museu e Biblioteca Presidencial Truman: Fundamentos Ideológicos da Guerra Fria

http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/

É permitido o acesso a documentos que ressaltam os ideais formadores da base da política americana com relação à União Soviética, de 1945 a 1952.

Museu e Biblioteca Presidencial Truman: Instituição do Plano Marshall

http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/marshall/large/

Documentos, fotografias, histórias orais, planos de aula e links sobre a instituição do Plano Marshall, conforme criado pela equipe do Museu e Biblioteca Presidencial Truman.

Nações Unidas: Introdução para Estudantes

<http://www.un.org/Pubs/CyberSchoolBus/unintro/unintro.asp>

Introdução à história e ao trabalho das Nações Unidas, criada pelo *Cyberschoolbus* (ou ônibus escolar cibernético, componente educativo on-line do Projeto Ensino e Aprendizagem Global) das Nações Unidas.

Política Externa dos EUA, Centro de Documentação da Universidade de Michigan

<http://www.lib.umich.edu/govdocs/forpol.html>

Fonte para o site do megacentro de documentação na internet da Universidade de Michigan sobre política externa dos EUA e informações governamentais.

Programa de Escolhas: Momentos Decisivos na História da Política Externa Americana

http://www.choices.edu/specialprojects_tah.cfm

Esta iniciativa leva pesquisa inovadora para as salas de aula do ensino médio, usando uma metodologia comprovadamente capaz de fazer com que todos os estudantes se debrucem sobre as ambigüidades da história e as lições para o futuro. O projeto concentra-se em momentos decisivos significativos das relações do nosso país com o mundo ao nosso redor — do comércio triangular do século 18 ao papel atual dos EUA no planeta.

Serviço Público de Radiodifusão — Conexões Globais: Política Externa dos EUA

<http://www.pbs.org/wgbh/globalconnections/mideast/questions/uspolicy/>

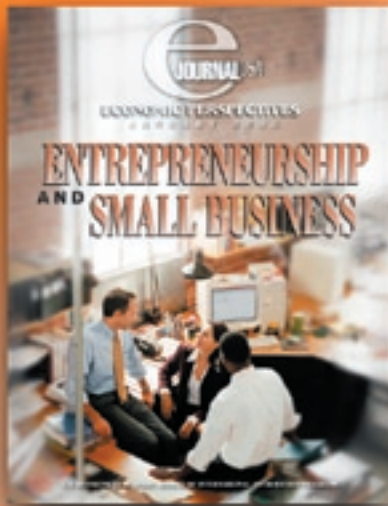
Este site do PBS mostra que, apesar da distância física entre os Estados Unidos e o Oriente Médio, a influência americana foi sentida em todos os países da região. Durante o século 20, interesses estratégicos, inclusive a antiga competição com a União Soviética, provocaram uma série de intervenções dos EUA — de propostas diplomáticas de amizade à guerra total.

Sociedade dos Historiadores das Relações Exteriores Americanas (SHAFR): Iniciativa Programa de Estudos

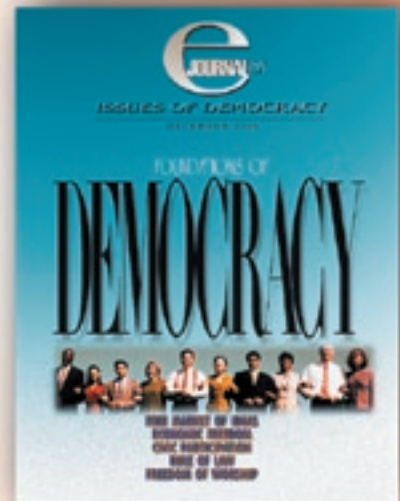
<http://www.shafr.org/syllabusinitiative.htm>

Este site foi planejado pela Sociedade dos Historiadores das Relações Exteriores Americanas para ser recurso de ensino. Ele contém um repositório de programas de estudos que podem ser usados como referência na preparação de professores de história das relações exteriores.

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos de outros órgãos e organizações relacionados acima. Todos os links de internet estavam ativos em abril de 2006.



REVISTA
MENSAL
EM
VÁRIOS
IDIOMAS



VEJA A RELAÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS EM
<http://usinfo.state.gov/pub/ejournalusa.html>